

RELATÓRIO E CONTAS 2020





RELATÓRIO E CONTAS 2020

ÍNDICE

Mensagem do Presidente	7
Relatório de gestão	9
1. Enquadramento macroeconómico	11
1.1. Economia mundial	11
1.2. Economia Portuguesa	11
2. O SNQTB	13
2.1. Contexto setorial	14
2.2. Estrutura funcional	16
2.3. Missão, valores e cultura	18
2.4. Política de qualidade	20
2.5. Responsabilidade social	20
3. Áreas relacionadas e de suporte	21
3.1. Departamento de Recursos Humanos	21
3.1.1 Evolução do efetivo	21
3.1.2 Política salarial	22
3.1.3 Formação	22
3.1.4 Seguro de saúde	23
3.2. Departamento Executivo de Operações	23
3.3. Departamento de Termos de Responsabilidade e Pré-Autorizações (DTRSQ)	24
3.4. Departamento de Reembolsos	24
3.5. Departamento de Faturação	25
3.6. Departamento Jurídico e de Contencioso Laboral	26
3.6.1 Apoio jurídico aos sócios	26
3.6.2 Questões jurídico-laborais gerais	27
3.6.3 Negociação coletiva	27
3.6.4 Contribuição para políticas públicas	27
3.6.4.1 Propostas de lei apresentadas pelo Governo e Grupos Parlamentares, para as quais o SNQTB deu o seu contributo	28
3.6.5 Fundos de Pensões	29

3.7. Departamento de REI, Acordos e Orçamentos	29
3.8. Departamento de Instalações, Aprovisionamento e Comunicações	31
3.9. Departamento de Sistemas de Informação	31
4. COVID-19	34
5. Proposta de aplicação de resultados	35

Notas às contas **37**

Balanço	39
Demonstração dos resultados por naturezas	40
Demonstração das alterações nos fundos próprios	41
Demonstração de fluxos de caixa	42
1. Identificação da entidade	43
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	43
3. Principais políticas contabilísticas	43
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	50
5. Ativos fixos tangíveis	50
6. Propriedades de investimento	51
7. Ativos intangíveis	52
8. Investimentos financeiros método de equivalência patrimonial	53
9. Outros investimentos financeiros	55
10. Clientes	56
11. Estado e outros entes públicos	57
12. Fundadores /beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	58
13. Outros créditos a receber	59
14. Diferimentos	60
15. Ativos financeiros detidos para negociação	61
16. Caixa e depósitos bancários	63
17. Fundos patrimoniais	63
18. Fornecedores	64
19. Outras dívidas a pagar	65
20. Contribuições e quotizações	66
21. Atividade sindical	67

22. Fornecimentos e serviços externos	68
23. Gastos com o pessoal	69
24. Imparidades	70
25. Aumentos/reduções de justo valor	70
26. Rendimentos/gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	71
27. Outros rendimentos	71
28. Outros gastos	72
29. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	72
30. Juros e rendimentos similares obtidos	73
31. Juros e gastos similares	73
32. Eventos subsequentes	73
33. Garantias e processos judiciais	74



RELATÓRIO E CONTAS 2020

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Paulo Gonçalves Marcos
Presidente SNQTB

No ano de dois mil e vinte o SNQTB continuou o seu processo de crescimento e de consolidação de maior sindicato português de trabalhadores no ativo, ultrapassando a fasquia dos vinte e um mil sócios. Resultado tanto mais notável quanto o sector se encontra numa tendência, há mais de uma década, de declínio de emprego. Por isso, uma palavra de particular apreço aos Sócios, às Comissões sindicais, às Delegações, aos Colaboradores e aos Órgãos Sociais, uns e outros verdadeiros embaixadores do Sindicato na comunidade bancária nacional.

Mas a pandemia trouxe desafios estratégicos relevantes, abarcando, entre outros, uma alteração do modo de consumo e prestação de serviços bancários e financeiros e o redesenho dos modelos de distribuição das instituições bancárias e financeiras. Um sentido de urgência assola o sector, e o maior sindicato português não pode deixar de ser prospetivo. Apostaremos, ainda mais, em processos digitais que aumentem a eficiência operativa e permitam libertar recursos para o trabalho sindical e para a prestação de cuidados de saúde e assistência. Reforçaremos a nossa eficácia, cumprindo a missão que nos propomos de ser liderantes. Nesse sentido, daremos especial atenção ao aumento da nossa influência nas instituições potencialmente consolidadoras, reguladoras ou com maior potencial de crescimento de emprego.

Nos processos de reestruturação da banca continuaremos ativos e afirmativos, fazendo uso das prerrogativas da lei, exigindo participar enquanto parte interessada. Faremos sempre a defesa acérrima dos postos de trabalho e não permitiremos que os custos de novos modelos de negócio, da banca, sejam feitos com o sacrifício exclusivo de trabalhadores ou da sustentabilidade dos SAMS bancários.

O tema dos SAMS merece sempre uma atenção redobrada. Como resultado da queda da procura em contexto de pandemia, operadores privados houve que atualizaram, de forma muito agressiva, os preços e os pacotes cirúrgicos, procurando impor unilateralmente novos preços. Nenhum subsistema pode acomodar, de forma acrítica, tais desideratos de operadores cada vez mais consolidados.

Estruturalmente, a despesa em saúde tende a crescer, em classes maduras como a bancária, de forma bastante mais acentuada que a atualização das tabelas de expressão pecuniária dos bancários. A esta lenta, mas segura, asfixia que as instituições bancárias procuram impor numa construção mutualista, de várias décadas, como é o caso dos SAMS (Quadros e outros) tem de haver resposta com arrojo, coragem e competência. Dos bancários em não se acomodarem, dos sindicatos profissionalizando as suas estruturas de saúde. Porque queremos e seremos relevantes por várias décadas, não nos escusamos a esforços.

A Rede de Escolha Informada SAMS Quadros, o papel de estimativas de comparticipação face a orçamentos dos atos de saúde mais onerosos, numa combinação entre Sede e Delegações, dão condições para que os sócios e beneficiários possam fazer uma escolha criteriosa de prestador, caso a caso. E são exemplo do que acima afirmamos.

Na negociação coletiva, mesa onde nos sentamos com outros dois sindicatos, conseguimos, novamente, atualizações das tabelas e das cláusulas de expressão pecuniária acima da inflação. O que se traduziu num acréscimo real do poder de compra dos sócios.

Na área sindical, não obstante todos os condicionalismos derivados dos sucessivos estados de emergência, conseguimos manter presença relevante junto dos sócios, tanto mais importante quanto parece existir uma agenda de redesenho organizativo, raramente confessada, de algumas instituições de crédito. Continuaremos a marcar presença junto dos nossos sócios. Seja nos locais de trabalho físico, seja por via telemática. E nos fóruns onde se discute, pensa e legisla sobre trabalho e trabalhadores, tendo, para o efeito, reforçado os meios e o compromisso com as Relações Externas e Institucionais.

Gostaria de realçar os bons resultados económicos e financeiros da Mediadora Independente de Seguros (MIS), da Ótica SAMS Quadros e da SGF. Como sempre, rigor e dedicação.

Uma palavra é também devida à Fundação Social Bancária, projeto solidário onde tantos nos revimos. E para a União dos Sindicatos Independentes (USI) – Central Sindical, espaço dos independentes livres de constrangimentos que não sejam derivados da exclusiva representação dos seus associados.

Realce, do ponto de vista financeiro, para os resultados conseguidos, em nível nunca antes alcançado. Mas que não nos deve fazer olvidar a despesa de saúde meramente adiada nem os constrangimentos derivados do crescimento estrutural dos custos de saúde.

Fazendo jus a nosso lema, Com Confiança no Futuro. Rumo Certo!



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO E CONTAS 2020

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.1 ECONOMIA MUNDIAL

A economia mundial apresentou uma queda de 3,5% em 2020, a maior desde o rescaldo da Segunda Guerra Mundial. Ainda assim, a quebra real ficou abaixo do anteriormente previsto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que previa uma contração de 4,4%.

Os efeitos da pandemia COVID-19 foram particularmente notórios nas economias exportadoras de petróleo e nas economias baseadas no turismo, as quais apresentam perspectivas particularmente mais difíceis tendo em conta a esperada normalização lenta das viagens internacionais e as expectativas moderadas para os preços do petróleo.

A economia dos Estados Unidos, maior economia do mundo, registou uma contração de 3,5% em 2020 (em 2019 havia registado em crescimento de 2,2%), não obstante do crescimento de 4,1% no quarto trimestre do ano em consequência da recuperação das exportações e do investimento que colmataram a diminuição dos gastos governamentais.

A China, por sua vez, registou um crescimento económico em 2020 de 2,3%. Trata-se do ritmo de crescimento mais baixo em 44 anos, mas que permitiu à China ser a única grande economia a apresentar expansão.

A economia da Zona Euro apresentou uma queda de 6,8% em 2020, a maior desde a sua criação. A maior economia da Zona Euro, a Alemanha, registou uma contração de 5,0% em 2020. França, Itália e Espanha registaram decréscimos superiores à média europeia.

Segundo o FMI a economia mundial deverá crescer na ordem dos 5,5% em 2021 e 4,2% em 2022. A contribuir para esta evolução estarão a China, Índia e os Estados Unidos cuja recuperação da crise económica está mais avançada. Para a Zona Euro a projeção aponta para um crescimento de 4,2% em 2021, que extravasará para 2022. As previsões publicadas pelo FMI em janeiro de 2021 foram, no entanto, preparadas num contexto de enorme incerteza, dependendo da evolução das campanhas de vacinação, da existência de mutações do vírus SARS-COV-2 e da própria conjuntura estrutural das economias bem como da extensão das medidas de apoio orçamentais que venham a ser adotadas.

1.2 ECONOMIA PORTUGUESA

O Produto Interno Bruto (PIB) português apresentou uma contração de 7,6% em volume em 2020 após ter crescido 2,5% em volume em 2019. Trata-se da contração mais intensa da atual série de Contas Nacionais, a qual se fica a dever aos efeitos severamente adversos da pandemia COVID-19 na atividade económica.

A contração verificada no PIB reflete principalmente a menor procura interna, a qual passou de um contributo para a variação anual do PIB de +2,8 p.p. em 2019 para -4,6 p.p. em 2020. Esta variação refletiu a alteração no comportamento das despesas de consumo final das famílias residentes em bens não duradouros e serviços, que passaram de um crescimento de 2,8% em

2019 para um decréscimo de 5,9% em 2020. No que respeita aos bens duradouros, verificou-se uma diminuição de 7,6% em 2020 (variação de 1,7% em 2019) fruto do decréscimo significativo na aquisição de veículos automóveis e de uma desaceleração das despesas em outros bens duradouros.

O volume de exportações de bens e serviços em volume também decresceu, apresentando uma redução de 18,6% em 2020, contrastante com um crescimento de 3,9% em 2019, maioritariamente explicada pela quebra sem precedentes no setor do turismo nacional. Já as importações registaram uma contração menor do que a verificada nas exportações (redução de 12,0% em 2020, comparativamente a um crescimento de 4,7% em 2019).

No que respeita ao mercado de trabalho, observou-se uma redução de 1,7% no emprego total, após um crescimento de 0,8% no ano anterior. O contexto da pandemia COVID-19 instituiu o regime simplificado de layoff, o qual limitou o número de trabalhadores desempregados provocado pelo encerramento temporário das empresas.

Por sua vez, o rácio da dívida pública portuguesa aumentou de 117,2% do PIB em 2019 para 133,7% do PIB em 2020, atingindo um novo recorde (anterior pico de 132,9% atingido em 2014). A subida é explicada, por um lado, pelo aumento do montante da dívida pública devido ao maior défice para financiar os apoios públicos (+20,4 mil milhões de euros) e, por outro, pela contração histórica do PIB que se cifrou em 7,6%, o que representa uma quebra de 15,4 mil milhões de euros face a 2019.

A última projeção do FMI para a economia portuguesa em 2021, publicada no passado mês de outubro, aponta para um crescimento económico na ordem dos 6,5%, acima do previsto para a média da Zona Euro e da União Europeia.

2. O SNQTB

O **Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários** é um projeto iniciado em 1983, tendo como objetivo a defesa exclusiva dos profissionais que, na Banca Portuguesa, exercem funções técnicas ou de enquadramento.

Pautando-se por uma prática sindical rigorosamente apartidária e independente, o **SNQTB** tem vindo a afirmar-se na vida sindical e na sociedade portuguesa pelas posições responsáveis que assume, pela forma dialogante como encara os problemas e pela razoabilidade das soluções que apresenta.

Valorizando igualmente a noção de sindicato moderno e reformista tem, cada vez mais, dinamizado o conceito de serviço social, isto é, o Sindicato é também uma empresa de prestação de serviços de qualidade, ao encontro das necessidades dos Sócios e suas famílias.

A sede do SNQTB situa-se na Rua Pinheiro Chagas nº 6 em Lisboa (metro Saldanha), onde se encontram alguns Departamentos, estando os restantes serviços instalados em outros edifícios, nomeadamente, na Rua Viriato, 27B (metro Picoas) e na Av. Miguel Bombarda, nº 61, e nº 56 2º esq. e dto.

O SNQTB dispõe ainda de treze Delegações: Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Viseu, Covilhã, Leiria, Lisboa, Faro, Ribatejo Oeste, Setúbal, Funchal e Ponta Delgada.

O SNQTB é membro efetivo do Conselho Económico e Social da Região Autónoma da Madeira – CES Madeira, detendo a vice-presidência da Comissão Permanente de Concertação Social; e do CES Açores.

Em Portugal, o **SNQTB** é membro fundador e coordenador da **U.S.I. - União dos Sindicatos Independentes** e da **FSIB - Federação dos Sindicatos Independentes da Banca**.

A nível internacional, o **SNQTB** é associado da **CEC - Confederação Europeia de Quadros** e da **FECEC – Federação Europeia dos Quadros e dos Estabelecimentos de Crédito**, no qual detém a vice-presidência.

Sabendo que os primeiros anos de vida são fundamentais na preparação das bases de competências, habilidades e valores do ser humano, e consciente das atuais dificuldades das famílias, o **SNQTB**, na sua habitual estratégia de intervenção, procurou encontrar soluções que fossem ao encontro das necessidades dos seus Sócios, no que respeita à educação das crianças e jovens que integram o agregado familiar.

Foi precisamente neste contexto que foi tomada a decisão de instituir a Fundação Social Bancária, instituição particular sem fins lucrativos, de âmbito nacional, que desenvolve atividades no âmbito da política social, particularmente no apoio às crianças e jovens.

A **FSB - Fundação Social Bancária**, que tem como entidade instituidora o **SNQTB**, foi reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social e pessoa coletiva de utilidade pública por despacho de 28/12/2011 do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, tendo sido lavrado o respetivo registo em 05/01/2012, pela inscrição nº2/2012, a fls. 38 e 38 verso, do Livro nº 7, das Fundações de Solidariedade Social.

No último ano, a **FSB** apoiou 26 instituições de solidariedade, escolhidas pelos Sócios de cada Delegação, tendo sido selecionadas 2 em cada distrito.

Com o objetivo de colocar os seguros dos ramos Vida e Não Vida, em condições vantajosas para os sócios do SNQTB e dos demais Sindicatos afetos à USI, foi criada a MIS - Mediação Independente de Seguros.

De imediato, o Instituto de Seguros de Portugal reconheceu à MIS o estatuto de Mediador Ligado, tendo emitido, em 28 de agosto de 2007, o Certificado nº 2007/15779.

A evolução do mercado e a instabilidade do setor de seguros levou os responsáveis da MIS a renegociar os acordos com as referidas seguradoras e a solicitar ao Instituto de Seguros de Portugal a alteração do seu estatuto de Mediador Ligado para Agente de Seguros, com vista a possibilitar a celebração de contratos com outras Companhias de Seguros. A MIS deixou de ser um Mediador Ligado e passou à categoria de Agente de Seguros.

Atualmente, a MIS comercializa seguros do Ramo Não Vida (automóvel, habitação, acidentes de trabalho, responsabilidade civil, condomínio, caçadores e outros) e Seguros do Ramo Vida (PPR's e Seguros de Vida).

A partir de outubro de 2017, a MIS estabeleceu um protocolo comercial com a Melhor, um dos maiores corretores de seguros em Portugal.

Em maio de 2018, o SNQTB abriu, em parceria com um dos maiores operadores, a primeira loja de ótica em Lisboa. Seguiu-se em 2019 uma outra unidade “Ótica SAMS Quadros” na cidade do Porto.

O crescimento do SNQTB não ficará por aqui e à medida que o seu número de sócios aumenta, cresce também a vontade dos seus dirigentes e colaboradores em prestar um serviço de excelência.

2.1. CONTEXTO SETORIAL

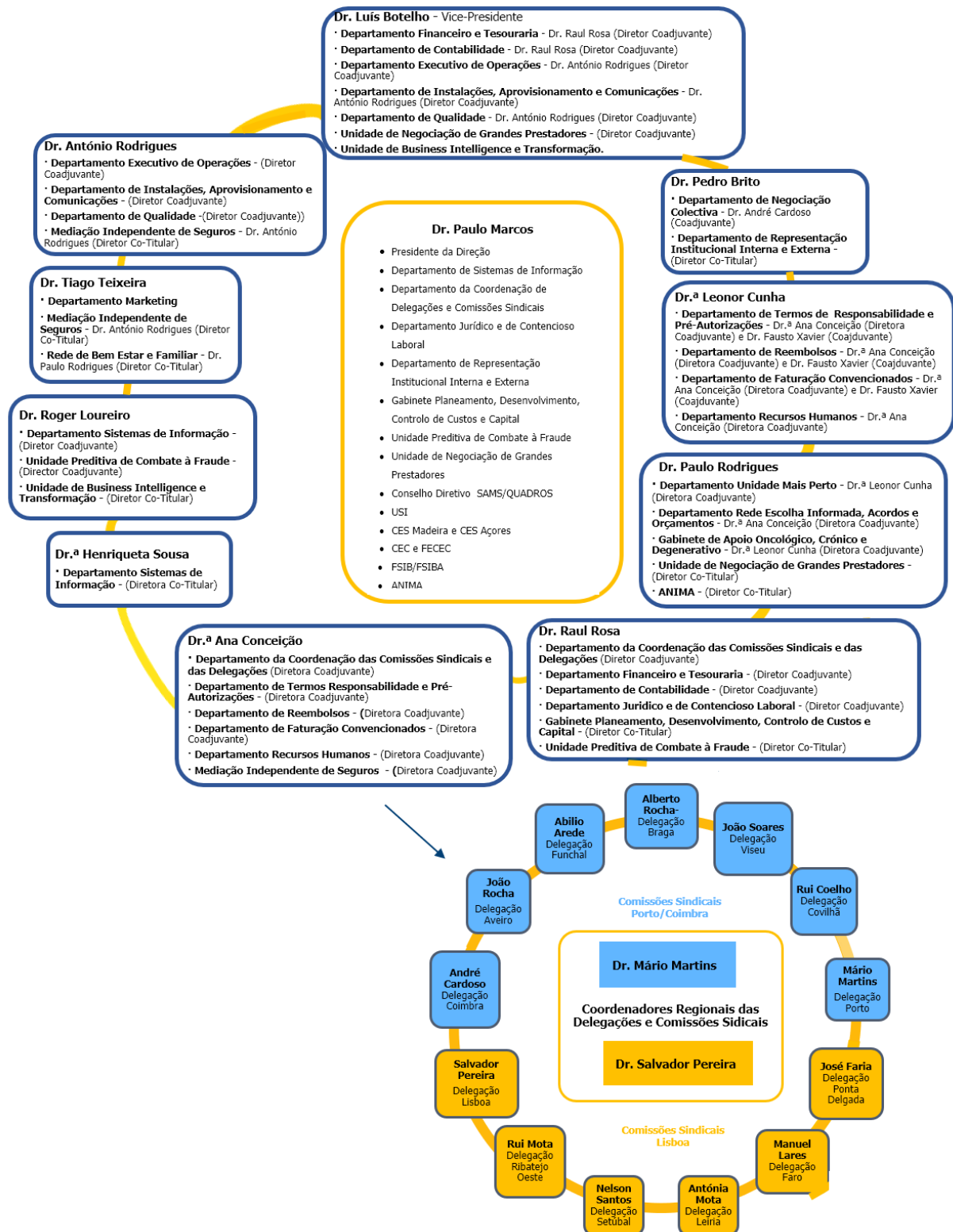
O ano 2020 ficará para sempre associado à pandemia derivada do vírus denominado SARS-COV-2. Este facto alterou significativamente o meio económico-laboral, levando a inúmeras transformações, muitas delas passando de temporárias a definitivas. Os bancos, através dos seus colaboradores, foram um dos sectores essenciais à continuação da vida económica, continuando sem interrupção, a prestar apoio quer para os que continuavam a trabalhar, quer para os que viam interrompidos os seus fluxos de rendimento, nomeadamente através de moratórias. Desta vez, e comparativamente à última crise económica (2008-2009), os bancos estavam financeiramente melhor capacitados para apoiar a economia.

As projeções feitas inicialmente para o crescimento da Economia Portuguesa que previam um ligeiro crescimento em 2020, foram totalmente ultrapassadas, verificando-se uma quebra de 7,6% do PIB. Consequentemente, os bancos continuarão a ser essenciais para revitalizar a economia que precisará agora mais do que nunca do apoio do sector financeiro, ainda que a forma de relacionamento possa ter sido alterada. Tal como para os restantes setores

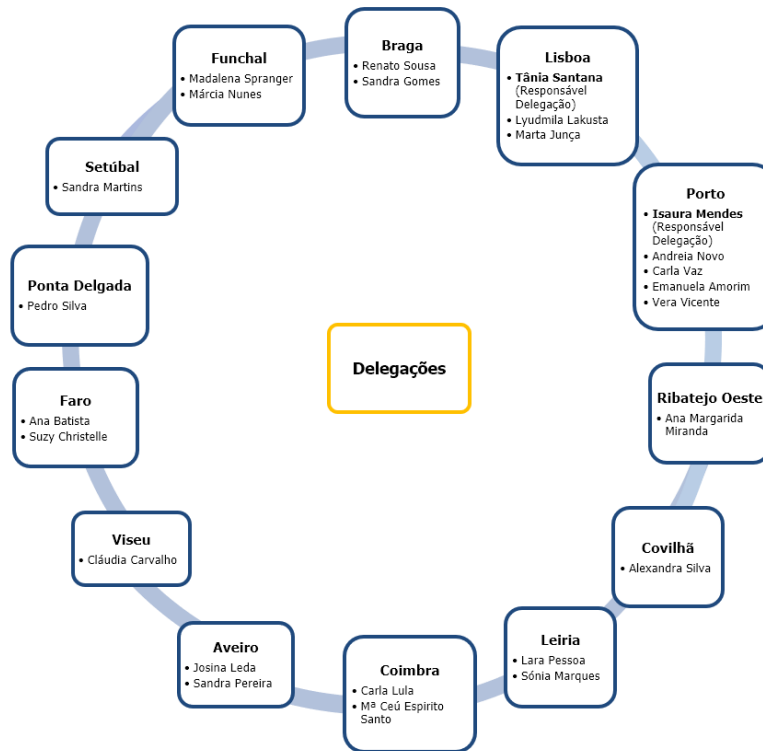
empresariais, a banca teve de se adaptar rapidamente a uma transformação digital, mais cedo do que seria suposto, levando a uma grande modificação nas relações com os clientes e à consequente necessidade de alteração do seu modelo de negócio. Mais do que simplesmente fechar balcões físicos, que se transformam em virtuais, será necessário repensar o modelo de negócio, mantendo a relação com os clientes através dos seus trabalhadores que continuarão a ser o elo de ligação fundamental.

Ao nível do sindicato, ainda que em 2020 a banca tenha perdido mais de 1500 trabalhadores só nos principais bancos do sistema, continuou a haver um aumento do número de sócios. No entanto, os desafios que enfrenta são cada vez maiores, fruto da contínua redução de trabalhadores bancários, que se irá acentuar ainda mais, e também da antecipação de situações de reforma. Simultaneamente, ao nível das despesas de saúde, a OCDE estima um crescimento médio das despesas de saúde per capita de cerca de 2% ao ano, o que levará a um aumento sempre crescente das despesas de saúde para além do acréscimo natural, fruto do envelhecimento da população e dos sócios do sindicato.

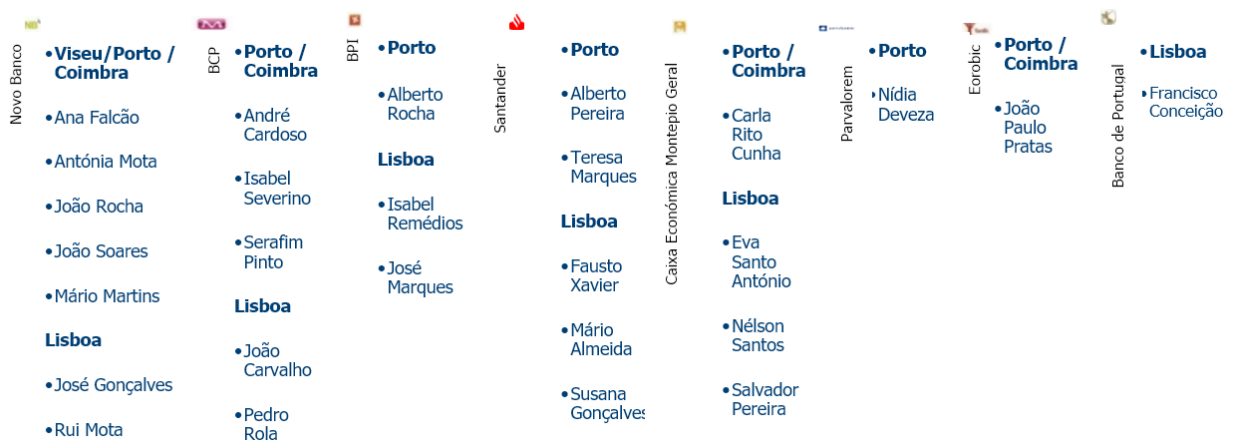
2.2. ESTRUTURA FUNCIONAL



Organograma – Colaboradores Delegações



Organograma – Comissões Sindicais



Fundação Social Bancária (FSB)

- Conselho de Administração: Dr. Paulo Marcos (Presidente), Dr. António Amaral (Vice-Presidente), Dr. José Barroso (Vogal), Sr. José Leite Maia (Vogal) e Dr. Amaro Ruivinho (Vogal);
- Comissão Executiva: Dr. António Amaral, Sr. José Leite Maia e Dr. José Barroso.

Sociedade Gestora de Fundos de Pensões (SGF)

- Administradores SNQTB: Dr.ª Rita Appleton.

Mediação Independente de Seguros (MIS)

- Gerentes: Dr. Tiago Teixeira, Dr. António Rodrigues, Dr.ª Ana Conceição e Dr.ª Susana Mendes

União de Sindicatos Independentes (USI)

- Representantes SNQTB:
 - o Conselho Diretivo: Dr. Paulo Marcos (Presidente) e Dr. Rui Galdes;
 - o Comissão Executiva: Dr. Manuel Ramos Lopes (Presidente) e Dr.ª Eva Santo António;
 - o Mesa da Assembleia Geral: Dr. António Borges Amaral (Presidente) e Dr.ª Eva Santo António;
 - o Conselho Fiscal: Dr. Luís Botelho e Dr. Mário Almeida
 - o Conselho de Disciplina: Dr. Pedro Brito (Vice-presidente) e Dra. Ana Conceição
 - o Conselho Coordenador: Dr. Paulo Marcos (Presidente)

Federação dos Sindicatos Independentes da Banca (FESIBA/FSIB)

- Representantes SNQTB: Dr. Paulo Marcos, Dr. António Amaral, Dr. Pedro Brito

2.3. MISSÃO, VALORES E CULTURA

Missão

O SNQTB é uma associação autónoma, independente do Estado, dos empregadores e de associações de qualquer natureza, designadamente de carácter político e que orienta a sua ação pelos princípios do sindicalismo democrático.

Tem assim como missão prestar um serviço de excelência aos sócios designadamente em questões de natureza laboral e sindical e da prestação e participação de serviços de saúde através do SAMS Quadros.

Valores e Cultura

Os colaboradores, os titulares dos órgãos sociais do SNQTB, e os prestadores de serviços pautam a sua atuação por padrões elevados de ética profissional. Evitam situações suscetíveis de originar conflitos de interesses. E asseguram o estreito cumprimento dos seguintes princípios éticos:

OBJETIVIDADE

Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem atuar de modo imparcial e com isenção, em relação a todos aqueles com os quais contatam no âmbito da sua atividade profissional.

CONFIDENCIALIDADE

Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem manter a reserva e discrição em relação a factos e informações de que tenham conhecimento no exercício das suas funções.

INDEPENDÊNCIA

Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem agir com independência e equidistância relativamente a todas as entidades e pessoas com quem estabelecem uma relação em virtude do exercício das suas funções.

INTEGRIDADE

Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem atuar segundo critérios de honestidade e lealdade pessoal e do interesse público que representam, para garantir a veracidade e confiança no trabalho realizado.

COMPETÊNCIA

Todos colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem assumir-se como profissionais que dedicam o seu esforço e empenho ao cumprimento das tarefas que lhes são confiadas, exercendo a sua atividade diária com rigor técnico.

PROPORCIONALIDADE

Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem pautar a sua conduta pela adequação dos seus procedimentos aos objetivos da sua atividade.

RIGOR

Os colaboradores e os membros dos órgãos sociais devem exercer a sua atividade diária com o máximo de rigor técnico.

2.4. POLÍTICA DE QUALIDADE

Tendo em vista a melhoria contínua da sua missão, o SNQTB, e nomeadamente o SAMS Quadros, é anualmente alvo de auditorias para renovação da Certificação de Qualidade, para assim, validar a conformidade do seu Sistema de Qualidade com a norma aplicável e internacionalmente reconhecida, – SC-BUPR-054.

A referida auditoria de qualidade foi realizada no último trimestre de 2020 por entidades credenciadas para o efeito, com emissão do correspondente selo de certificação.

O SNQTB procura desta forma aumentar a confiança dos Sócios, através de uma clara demonstração da Qualidade dos serviços prestados aos mesmos.

Assim, o SNQTB, ciente da sua responsabilidade na tarefa de satisfazer os Sócios, assume os seguintes compromissos:

- Satisfazer as expectativas do sócio, ultrapassando-as se possível através da permanente melhoria dos serviços prestados;
- Otimizar continuamente os processos do Sistema de Gestão da Qualidade, de modo a reduzir gastos desnecessários;
- Definir periodicamente um conjunto de objetivos na ótica da melhoria do desempenho geral na entidade;
- Avaliar e promover a satisfação das necessidades e expectativas legítimas dos sócios.

2.5. RESPONSABILIDADE SOCIAL

O SNQTB, pretende cada vez mais desempenhar um papel ativo na sociedade em que atua, contribuindo de forma relevante, através de obras realizadas e projetos previstos, para o desenvolvimento e progresso das respetivas zonas circundantes, preservando o meio envolvente e acima de tudo melhorando a qualidade e bem-estar de todos.

Nesse sentido, no SNQTB, todos os projetos possuem um carácter de responsabilidade social sob a orientação dos anteriores pressupostos.

3. ÁREAS RELACIONADAS E DE SUPORTE

3.1. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários é habitualmente considerado detentor do melhor subsistema de saúde do país, o SAMS Quadros, sendo este, exclusivo do sector bancário. Os padrões de desempenho, técnico, organizacional e estratégico, permitiram que ao longo dos anos as expectativas geradas, quer internas, quer externas, se tenham mantido inevitavelmente elevadas, o que se reflete também no nível de confiança depositado nas instituições (SNQTB e SAMS Quadros).

O ano de 2020 ficou assinalado pela pandemia Covid 19 e as suas consequências imediatas. Ao nível do Departamento de Recursos Humanos (DRH), o ano transato caracterizou-se, em especial, pela necessidade de flexibilizar e adaptar a organização empresarial no que diz respeito às novas formas de estar e atuar perante os desafios ligados à pandemia. Nesse sentido e também fruto da legislação que foi sendo publicada ao longo do ano, foram adotadas várias medidas como o regime de teletrabalho, o desfasamento e rotatividade de horários, bem como a implementação de equipas em espelho, tendo sempre em vista manter os elevados níveis de rigor e profissionalismo de toda a estrutura do SNQTB, na rápida resposta às necessidades dos seus associados.

3.1.1 Evolução do Efetivo

A evolução do efetivo no SNQTB tem acompanhado dinâmicas próprias e bem definidas.

O quadro de pessoal entre 2015 e 2020 evidencia uma tendência de decréscimo, sinal de aumento de produtividade, não obstante o acréscimo do número de sócios que se verificou neste período, em paralelo com o aumento da digitalização.

A tabela seguinte evidencia detalhadamente a informação relativa a este indicador (evolução do efetivo).

QUADRO DE PESSOAL A 31 DE DEZEMBRO 2020						
Ano	2020	2019	2018	2017	2016	2015
Sem termo	95	104	105	103	106	122
Termo Certo	18	11	6	3	6	11
Efetivo global	113	115	111	106	112	133

No quadro seguinte, podemos observar 8 saídas em 2020 respeitantes a revogações contratuais por mútuo acordo, por iniciativa dos colaboradores.

SAÍDAS				
Ano	2020	2019	2018	2017
Reforma por limite de idade	1			
Falecimento				1
Revogação por Mútuo Acordo	8	2		1
Cessação de contrato a termo certo			1	
Outros	1		1	
Total	10	2	2	2

3.1.2 Política salarial

Contrariando o ocorrido entre 2014 e 2016 em que os aumentos salariais anuais foram inexistentes, em 2017, foi aplicado um aumento de 0,75% aos vencimentos base e complementos de todos os colaboradores do SNQTB.

Ao longo dos últimos anos e de acordo com o refletido no quadro abaixo, os colaboradores do SNQTB tiveram os seguintes aumentos sobre todos os vencimentos base e complementos.

VENCIMENTOS - COLABORADORES				
Ano	2020	2019	2018	2017
% aumento	0,3%	0,75%	1%	0,75%

De referir ainda, a política de convergência paulatina, relativamente ao subsídio de alimenta o dos colaboradores do SNQTB, face ao dos bancários no ativo. Esta política foi iniciada em julho de 2018 com aumento para 8,00€/dia (vs. 7,25€/dia, em vigor desde 2015) e prosseguiu em abril de 2019 (aumento para 8,50€/dia) e janeiro de 2020, com novo aumento para 9,00€ por dia.

3.1.3 Forma o

A forma o dos Recursos Humanos do SNQTB decorre de necessidades emergentes dos seus colaboradores, bem como das diversas áreas de interven o. Deste modo, deve ser entendida como um elemento de um processo global de gestão e de desenvolvimento dos Recursos Humanos que contribui para a eficiência da institui o.

A forma o que se desenvolve no SNQTB constitui um meio que este tem ao seu dispor, a fim de poder atingir os objetivos previamente definidos, e, deste modo, contribuir para o reforço constante das competências dos seus colaboradores e de si mesmo, enquanto entidade interveniente na vida social. Não esquecendo nunca que a forma o   um dos fatores dinâmicos mais importantes da competitividade de uma institui o, esta surge como uma resposta às constantes mudanças e desafios que a institui o tem de enfrentar.

3.1.4 SEGURO DE SAÚDE

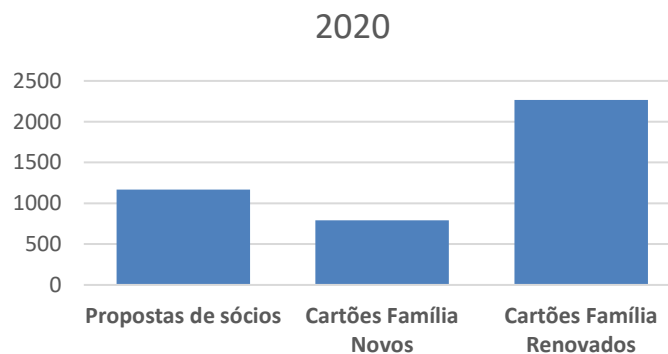
Os colaboradores do SNQTB beneficiam de um seguro de saúde contratado junto da MIS – AdvanceCare/Generali, extensível aos seus descendentes, em determinadas condições.

3.2. DEPARTAMENTO EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

Em 2020 a atividade do departamento executivo de operações distribuiu-se, principalmente pelas seguintes tarefas:

- Receção, tratamento e conservação física e digital de documentação enviada por sócios e beneficiários;
- Gestão, digitalização e arquivo de toda a documentação associada à base de dados de sócios e beneficiários.
- Atualização, manutenção e controlo da base de dados de sócios e beneficiários;
- Realização do processo de renovação anual de cartões SAMS Quadros e emissão regular dos mesmos;
- Emissão e renovação do Cartão Família;
- Gestão de acessos ao “Portal do Sócio”;
- Resposta a questões genéricas dos sócios no relacionamento com o SNQTB/SAMS Quadros;
- Em 2020 foram emitidos mais de 70 mil cartões de beneficiários do SAMS Quadros.

O gráfico seguinte resume a atividade desenvolvida em 2020 no que respeita a novos sócios e ao Cartão Família:



3.3. DEPARTAMENTO DE TERMOS DE RESPONSABILIDADE E PRÉ-AUTORIZAÇÕES (DTRSQ)

Os termos de responsabilidade emitidos pela DTRSQ permitem aos sócios o acesso à realização de atos médicos, devidamente aprovados em conselho clínico, em prestadores convenionados, sem o pagamento imediato desse mesmo ato.

O DTRSQ é responsável pelas atividades de:

- Análise e constituição dos processos para parecer do Conselho Clínico;
- Participação em Reuniões do Conselho Clínico;
- Atendimento telefónico e prestação de esclarecimentos aos sócios;
- Interação com os prestadores de Serviços de Saúde.

TERMOS DE RESPONSABILIDADE

Analisados em Conselho Clínico		Outros	Total
Aprovados	Não aprovados		
1929	21	6063	8013

Foram emitidos 7992 Termos de Responsabilidade, dos quais 24% foram analisados em sede de Conselho Clínico e destes apenas 1% não foram aprovados devido ao facto de se tratar de atos que estão fora do perímetro de participação do SAMS Quadros.

Os restantes 76% dos TR emitidos foram para realização de meios complementares de diagnóstico, tratamentos de radioterapia e quimioterapia e outros exames e tratamentos.

Devido à pandemia, verificou-se em 2020 uma redução face ao ano anterior de cerca de 25% de termos de responsabilidade emitidos.

3.4. DEPARTAMENTO DE REEMBOLSOS

A atividade principal do Departamento de Reembolsos do SAMS Quadros é a análise e processamento dos pedidos de reembolso que são enviados pelos sócios para participação de despesas de saúde efetuadas.

Este Departamento realiza ainda as seguintes atividades:

- Análise e processamento de pedidos de subsídios de 3ª Idade (Lar);

- Análise e preparação de processos de estomatologia/medicina dentária para apresentar em Conselho Clínico de Medicina Dentária;
- Preparação de processos para análise e parecer em CDSQ;
- Preparação de processos de pedido de empréstimo ao abrigo do FCS;
- Elaboração de Estimativas de comparticipação para tratamentos de Medicina Dentária;
- Atendimento telefónico aos sócios para esclarecimento de dúvidas.

O DRSQ recebeu no ano de 2020 cerca de 150 mil pedidos de reembolso para analisar e tratar, sendo que, cerca de 50% são rececionados pelo Portal do sócio e os restantes são remetidos em papel, via CTT. O envio de despesas pelo portal tem vindo a ser cada vez mais significativo dada a possibilidade do envio por esta via dos documentos relacionados com estomatologia/medicina dentária e óculos.

Em 2020 foram analisados pedidos de reembolso no valor de cerca de 22,2 milhões de euros.

Devido à pandemia e aos sucessivos confinamentos, assistiu-se a um decréscimo da despesa que é remetida ao SAMS Quadros para reembolso.

São os atos médicos na área da estomatologia/medicina dentária, as consultas e as próteses oculares que têm maior representação no total do montante das comparticipações do SAMS Quadros (70%).

Este Departamento continua a ter como objetivo primordial a manutenção do seu nível de serviço, proporcionando aos sócios o reembolso das suas despesas no mais curto espaço de tempo.

3.5. DEPARTAMENTO DE FATURAÇÃO

A atividade principal do Departamento de Faturação do SAMS Quadros é a análise e processamento das faturas remetidas pelas entidades de saúde referentes aos serviços prestados aos beneficiários.

A atividade desenvolvida abrange a receção das faturas remetidas pelas entidades de saúde, a sua conferência face aos acordos estabelecidos, e a verificação da razoabilidade e adequabilidade dos valores faturados, atuando em forte ligação com as entidades para a resolução de incidências.

O Departamento é assessorado pelo Conselho Clínico, composto por sete médicos, de diversas especialidades, e uma enfermeira de bloco.

No decurso do ano de 2020, o departamento conferiu em média cerca de 17,5 mil faturas por mês.

3.6. DEPARTAMENTO JURÍDICO E DE CONTENCIOSO LABORAL

3.6.1 APOIO JURÍDICO AOS SÓCIOS

- Aconselhamento e informação

O DJUCL garante o aconselhamento e informação diária dos sócios, por via de reuniões presenciais, telefónicas e correio eletrónico.

- Contencioso laboral

No âmbito dos processos disciplinares e judiciais (sendo certo que com a Covid-19 se instalou o regime de vídeo conferências) ocorreram diversas deslocações de acompanhamento e intervenção em processos disciplinares e judiciais, nomeadamente: Aveiro, Braga, Faro, Funchal, Lisboa, Oliveira de Frades, Portalegre, Porto e Viana do Castelo, em múltiplas sessões e diligências.

Processos disciplinares:

SNQTB – 26

SIB – 1

Ações judiciais:

SNQTB – 35 (sendo uma de impugnação de despedimento coletivo)

SIB – 2 (sendo uma de despedimento coletivo)

Despedimentos coletivos:

Continuação do acompanhamento dos processos de impugnação de despedimento coletivo do Novo Banco e Parvalorem.

Outros processos:

Referência para a intervenção do SNQTB na ação judicial relativa ao prémio de antiguidade que continua a decorrer sobre esse tema, bem como para a reclamação de créditos no processo de insolvência do BES.

3.6.2 Questões jurídico-laborais gerais

Sem que se elenquem exaustivamente, foram acompanhadas e merecedoras de intervenção pelo DJUCL questões que se colocaram quanto a grupos ou à generalidade dos trabalhadores, tais como:

- Direitos e deveres dos trabalhadores no que respeita à aplicação da legislação relativa à Covid-19;
- Prestação de trabalho em regime de teletrabalho;
- Assistência à família durante o estado de emergência;
- Processos de “RMAs” e reformas antecipadas (Novo Banco, BCP, BST, Banco BPI, Montepio Geral, Wizink);
- Encerramento de agências e outras unidades orgânicas;
- Questões relativas à retribuição ou componentes retributivas;
- Avaliação de normativos internos dos Bancos;
- Pensão de reforma indevidamente negada a ex-bancários;
- Aquisição de Instituições (ABanca/Deutsche Bank).

O DJUCL interveio ainda em plenários e reuniões coletivas com sócios.

3.6.3 NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Acompanhamento e intervenção nas negociações no âmbito das seguintes convenções coletivas de trabalho: ACT do Setor Bancário (que abrange entre outros, o Banco Santander Totta, o Novo Banco e o Banco BPI), BCP, Banco de Portugal, Caixa Geral de Depósitos, EuroBic, Montepio Geral, Montepio Crédito e Montepio Valor, BNP Paribas, Parvalorem e Imofundos e 321 Crédito, com intervenção em reuniões negociais.

3.6.4 CONTRIBUIÇÃO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

O Sindicato quanto a esta matéria, inclusivamente em Direito a constituir, apresentou contributos relativamente a um conjunto de propostas de lei apresentadas pelo Governo e Grupos Parlamentares e respetivos temas de natureza laboral e previdencial.

Em síntese, ocorreu intervenção e apresentação de propostas relativamente à alteração do Código de Trabalho, neste designadamente quanto à incapacidade por acidente de trabalho, acidentes de trabalho, atribuição do subsídio doença em caso de isolamento profilático, pagamento a 100% do subsídio de doença em caso de isolamento profilático, justificação de faltas motivadas por isolamento profilático, reforço do subsídio de doença em caso de surto epidémico e sem perda de remuneração em situação de isolamento profilático por doença infectocontagiosa, proibição dos despedimentos até 31 de julho de 2020 e a denúncia do contrato individual de trabalho durante o período experimental, suspensão de contrato na falta de pagamento da retribuição mensal, direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de

empresa, atribuição de remuneração de referência a 100% aos trabalhadores que integram grupos de risco, no âmbito da doença covid 19, licença parental, reforço dos direitos dos trabalhadores e precariedade laboral, banco de horas grupal e individual, conciliação trabalho com a vida familiar, desconexão profissional, redução do período normal de trabalho e 25 dias de férias, banco de horas individual, direitos dos trabalhadores em trabalho noturno e por turnos, enquadramento legal da saúde ocupacional e sobre a criação da figura do psicólogo no trabalho, regime de faltas para assistência à família aplicável aos animais de companhia, alargamento do regime de faltas por motivo de falecimento de cônjuge, parente ou afim garantindo o direito ao luto por falecimento de animal de companhia e suspensão excepcional dos prazos de sobre vigência de convenção coletiva de trabalho.

3.6.4.1 PROPOSTAS DE LEI APRESENTADAS PELO GOVERNO E GRUPOS PARLAMENTARES, PARA AS QUAIS O SNQTB DEU O SEU CONTRIBUTO

- 1) Projeto de lei 94-XIV do PEV sobre incapacidade por acidente de trabalho;
- 2) Projeto de lei 197-XIV do BE sobre acidente de serviço na função pública;
- 3) Projeto de lei 188-XIV do PAN sobre acidente de trabalho na função pública;
- 4) Projeto de lei 218-XIV do BE sobre equiparação do subsídio de alimentação da Administração a todos os trabalhadores;
- 5) Projeto de lei 224-XIV do PEV sobre atribuição do subsídio de doença em caso de isolamento profilático;
- 6) Projeto de lei 236-XIV do CDS-PP sobre atribuição de subsídio de doença em caso de isolamento profilático;
- 7) Projeto de lei 239-XIV do BE sobre pagamento a 100% do subsídio de doença em caso de isolamento profilático;
- 8) Projeto de lei 245-XIV do PAN sobre justificação de faltas motivadas por isolamento profilático;
- 9) Projeto de lei 255-XIV do PCP sobre reforço do subsídio de doença em caso de surto epidémico e sem perda de remuneração em situação de isolamento profilático por doença infectocontagiosa;
- 10) Projeto de lei 261-XIV do PEV sobre proibição dos despedimentos até 31 de julho de 2020 e a denúncia do contrato individual de trabalho durante o período experimental;
- 11) Projeto de lei 427-XIV do PCP sobre suspensão de contrato na falta de pagamento da retribuição mensal;
- 12) Projeto de lei 503-XIV do PCP sobre direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento, no setor privado ou no setor público, por adjudicação de fornecimento de serviços que se concretize por concurso público, ajuste direto ou qualquer outro meio previsto;

- 13) Projeto de lei 510-XIV do PCP sobre atribuição de remuneração de referência a 100% aos trabalhadores que integram grupos de risco, no âmbito da doença covid 19;
- 14) Projeto de lei 524-XIV do CHEGA sobre aumento da licença parental;
- 15) Projeto de lei 525-XIV do PCP sobre reforço dos direitos dos trabalhadores e precariedade laboral;
- 16) Projeto de lei 533-XIV do PCP sobre banco de horas grupal;
- 17) Projeto de lei 534-XIV do PAN sobre conciliação trabalho com a vida familiar;
- 18) Projeto de lei 535-XIV do PAN sobre desconexão profissional;
- 19) Projeto de lei 536-XIV do PAN sobre redução do período normal de trabalho e 25 dias de férias;
- 20) Projeto de lei 539-XIV da IL sobre banco de horas individual;
- 21) Projeto de lei 542-XIV da deputada não inscrita Cristina Rodrigues sobre reforço de direitos dos trabalhadores em trabalho noturno e por turnos;
- 22) Projeto de lei 550-XIV da deputada não inscrita Cristina Rodrigues sobre enquadramento legal da saúde ocupacional e sobre a criação da figura do psicólogo no trabalho;
- 23) Projeto de lei 558-XIV da deputada não inscrita Cristina Rodrigues sobre regime de faltas para assistência à família aplicável aos animais de companhia;
- 24) Projeto de lei 559-XIV da deputada não inscrita Cistina Rodrigues sobre alargamento do regime de faltas por motivo de falecimento de cônjuge, parente ou afim garantindo o direito ao luto por falecimento de animal de companhia;
- 25) Proposta de lei 63-XIV do Governo sobre suspensão excepcional dos prazos de sobre vigência de convenção coletiva de trabalho.

3.6.5 FUNDOS DE PENSÕES

Intervenção e análise de documentação relativa a comissão de acompanhamento de Fundos de Pensões, nas quais o SNQTB se encontra representado, designadamente Haitong Bank, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, BCP e Novo Banco.

3.7. DEPARTAMENTO DE REI, ACORDOS E ORÇAMENTOS

Acordos e Rede Escolha Informada

O Departamento de REI, Acordos e Orçamentos tem a seu cargo a gestão de 3001 acordos ativos a nível nacional, dos quais 230 entidades incluídas na Rede Escolha Informada (REI).

Tendo em consideração a conjuntura de pandemia e a conseqüente diminuição da atividade dos fornecedores de saúde, em 2020 foram firmados 24 novos acordos e efetuadas inclusões /

renegociações contratuais no âmbito de diversas valências e em várias entidades, num total de 464 atos.

Orçamentos/Estimativas de Participação

A área de Orçamentos tem um papel fundamental no esclarecimento aos beneficiários para que os mesmos possam fazer uma escolha informada, tendo por base a proposta cirúrgica/terapêutica e as entidades convencionadas com o SAMS Quadros.

Os pedidos de Termos de Responsabilidade são obrigatoriamente acompanhados pela respetiva estimativa de custo, à qual a área de orçamentos propõe alternativas com uma adequada relação de custo e retorno terapêutico.

No decurso de 2020 foram emitidas cerca de 3 mil estimativas de participação. No seguimento dos contactos efetuados para prestar os devidos esclarecimentos, as mudanças para propostas alternativas tiveram impactos na redução de custos de cerca de 400 mil euros.

Em 2020 este serviço de informação ganhou uma relevante importância na qualidade das decisões tomadas pelos sócios, reforçando o princípio de liberdade de escolha que sempre caracterizou o modelo de financiamento do SAMS Quadros.

Gabinete de Apoio ao Doente

O GAD é uma estrutura de aconselhamento e apoio aos beneficiários diagnosticados com doenças crónicas graves, degenerativas e oncológicas, que visa a informação e a facilitação/agilização dos processos inerentes ao diagnóstico, tratamento e controlo destas doenças, na relação com o SAMS Quadros e com as entidades prestadoras de cuidados de saúde.

Além do papel que desempenha no apoio personalizado e na gestão dos processos destes beneficiários, o GAD tem consolidado a sua atuação na identificação e apresentação de entidades alternativas que melhor correspondam às necessidades específicas e expectativas dos beneficiários, numa ótica de georreferenciação, de forma a possibilitar a tomada de decisões informadas por parte dos beneficiários, no respeito do princípio da liberdade de escolha.

Em simultâneo, o acompanhamento do GAD pressupõe o apoio emocional/psicológico destes beneficiários e seus familiares, através do encorajamento e suporte da expressão emocional e da promoção da adaptação à doença.

Alguns números da atividade do GAD em 2020:

- A esmagadora maioria dos beneficiários e/ou familiares apoiados pelo GAD enquadram-se no contexto de uma doença oncológica. Os restantes, têm maioritariamente diagnósticos de doenças neurodegenerativas como Parkinson ou Doença de Alzheimer;
- 694 beneficiários tinham um processo de doença crónica oncológica ativo no SAMS Quadros;
- No total, o GAD estabeleceu contactos com 357 beneficiários e/ou familiares de doentes, sendo que cerca de 200, com doença oncológica, foram apoiados e aconselhados no contexto específico de propostas terapêuticas.

3.8. DEPARTAMENTO DE INSTALAÇÕES, APROVISIONAMENTO E COMUNICAÇÕES

No SNQTB, compete ao DIAC (Departamento de Instalações, Aprovisionamentos e Comunicações) a gestão do património imobiliário próprio e arrendado, designadamente a realização de ações de fiscalização dos imóveis sob sua responsabilidade, de manutenção, reparação, beneficiação ou de conservação e acompanhamento de obras/intervenções realizadas e limpeza e higienização das mesmas; a organização e a atualização do cadastro dos imóveis, a elaboração de planos de intervenção, promoção de avaliações por entidades credenciadas, tudo tendo em vista a valorização do património próprio e rendibilização de alguns imóveis.

É também missão do DIAC gerir todo o processo de logística (compras de materiais, produtos e serviços e distribuição), gerir o serviço de comunicações móveis (voz e dados) e também a segurança física e eletrónica de todas as instalações em exploração, necessários ao funcionamento da entidade e bem-estar de Colaboradores e visitantes.

Em 2020, a atividade do DIAC esteve especialmente orientada para a adaptação rigorosa e atempada de todas as instalações, limpeza e higienização das mesmas, à realidade decorrente da pandemia pela Covid-19, em conformidade às Normas e Recomendações emanadas pela DGS, tanto para trabalho presencial como para teletrabalho, dotando neste caso os trabalhadores dos adequados meios de comunicações.

Relativamente ao valioso património imobiliário que se encontra sob contrato de arrendamento, manteve-se a política de acompanhamento próximo e rigoroso do mesmo, assegurando-se assim a defesa dos interesses do SNQTB.

3.9. Departamento de Sistemas de Informação

Desenvolvimentos e projetos

Transformação Digital

Tal como previsto, em 2020 concretizou-se a disponibilização de uma nova gama de ferramentas para melhorar as capacidades de relacionamento dos sócios com o SNQTB, indo ao encontro das exigências deste novo mundo cada vez mais digital. Tem sido um desafio para a área de tecnologia e também para os sócios, que responderam de forma muito positiva à utilização dos novos aplicativos.

Entre muitas funcionalidades disponibilizadas, realçamos o processo de registo de agregado familiar que foi simplificado, garantindo a segurança que o processo exige, através de geração de PIN em modo self-service.

Dando continuidade a este processo, iniciámos o levantamento de requisitos para que a desmaterialização de apresentação de despesas venha a ser uma realidade no início do próximo ano.

Submissão de autorização de débitos direto (ADD)

Disponibilizámos no Portal de Sócio a possibilidade de adesão ao débito direto para pagamento de despesas, facilitando a submissão da ordem para o débito automático, ficando o pagamento de despesas via multibanco só para valores superiores ao limite estabelecido.

Implementação de Pagamentos Adicionais

Dando seguimento às alterações efetuadas no Regulamento SAMS Quadros, foi necessário alterar todo o processo de cálculo de despesas, faturação e reembolsos, ajustar a informação do extrato mensal e rever todo o circuito operacional com ajuste de ecrãs e reports.

Controlo de plafonds de análises e outros atos

Com o objetivo de facilitar a gestão de plafonds por sócio/beneficiário, implementámos um processo automático de controlo destes atos, agilizando assim o trabalho operativo.

Complementaridade

Todo o processo de cálculo de participações, entre sócios e com outros subsistemas, foi revisto e elaborado caderno de encargos para desenvolvimento e implementação de novas funcionalidades.

Controlo do ciclo de faturação de prestadores de serviços de saúde

Com vista à otimização dos processos relacionados com o tratamento de faturas de saúde enviadas pelos fornecedores convencionados do SAMS Quadros, foi desenvolvida uma ferramenta de controlo e monitorização de todas as etapas do processo.

As funcionalidades desenvolvidas possibilitam às equipas operacionais a observação, de forma detalhada, de quais os tempos consumidos, desde a emissão dos documentos até ao fecho do seu processamento, incluindo a liquidação dos mesmos, habilitando a identificação de situações anómalas e intervenção no sentido da sua resolução.

A ferramenta fornece, também, uma visão compreensiva sobre todo o processo, garantindo a disponibilização de indicadores de gestão que ajudam no controlo dos compromissos assumidos com os fornecedores bem como no controlo do fluxo de despesas e sua volumetria.

Infraestruturas

Central Telefónica Virtual – Dashboard de atendimento

No decorrer de 2020 consolidámos e implementámos várias funcionalidades na nova central, p. ex. passaram também a estar agregados os números de telemóveis distribuídos pelos colaboradores, facilitando assim o atendimento em teletrabalho.

Passámos a ter disponíveis, semanalmente, números das chamadas recebidas, distribuição por departamentos e/ou delegação, recorrência de chamadas por sócio, tudo isto para permitir melhorar a qualidade do atendimento.

Adaptação das equipas ao teletrabalho

Continuámos a disponibilizar plataformas digitais, nomeadamente, Teams, Zoom e outras.

Integrámos os colaboradores na utilização de Webinars, facilitando reuniões alargadas, quer de âmbito lúdico (REBEF), quer de âmbito sindical, nomeadamente, reuniões de trabalhadores e plenários.

Adaptação dos equipamentos ao teletrabalho / redefinição de postos de trabalho

Para dar resposta às necessidades decorrentes da situação pandémica, no âmbito do teletrabalho, efetuámos estudo de mercado para podermos dotar os nossos colaboradores de condições de trabalho remoto. Assinámos contrato de renting com a ORBCOM/Lenovo permitindo assim que todos os colaboradores tenham disponível equipamento portátil para suporte do teletrabalho. Cancelámos o contrato que existia relativamente a postos de trabalho fixos.

Efetuámos auditorias de segurança informática, quer ao nível dos ativos digitais quer ao nível do acesso de sistema central, e reforçámos toda a estrutura de segurança, garantindo que os possíveis ciberataques estão devidamente controlados, com monitorização suportada em ferramentas integradas na infraestrutura existente.

Reforçando o cumprimento das regras de distanciamento, e porque existem um conjunto de tarefas que não são passíveis de execução em teletrabalho, procedemos à redefinição de postos de trabalho dos serviços centrais, de modo a garantir o distanciamento seguro dos colaboradores.

4. COVID-19

O ano de 2020 fica marcado pelo impacto causado, direta e indiretamente, pela pandemia de Covid-19, a qual, para além dos impactos económicos e financeiros causados nas famílias e empresas, trouxe também alterações comportamentais que irão perdurar durante os próximos meses.

Desde que começaram a surgir os primeiros casos, o Sindicato passou a acompanhar de perto todos os desenvolvimentos relacionados com a doença, implementando de forma criteriosa as medidas consideradas adequadas e em consonância com as recomendações emanadas das Autoridades de Saúde.

A Direção do Sindicato acompanhou de perto a evolução da pandemia, nomeadamente no que respeita aos impactos no setor da saúde com o encerramento de alguns serviços e o adiar de consultas ou atos não urgentes. Registou-se no decurso do exercício de 2020 uma redução de aproximadamente 15% do número de atos médicos participados pelo Sindicato quando comparados com o exercício de 2019, representando uma redução de 17,5% nos gastos de saúde em 2020 comparativamente ao exercício de 2019.

Esta situação, aliada ao processo que se tinha iniciado já em 2019 de controlo de custos, traduziu-se num resultado bastante mais positivo comparativamente ao que se tinha perspetivado no orçamento do exercício de 2020, contudo não deverá ser encarado como um ano regular face a todo este enquadramento pandémico. É expetativa da Direção que no decurso de 2021 muitos dos atos médicos que foram adiados ou cancelados sejam realizados, criando uma pressão adicional nos custos do Sindicato, pautando-se por um aumento extraordinário dos gastos com saúde (quando comparados com 2020 e 2019).

Após análise comparativa de 2020 e 2019, no que diz respeito aos valores apresentados pelas entidades de saúde e respetivas participações, a Direção prevê, numa perspetiva conservadora, que o referido adiamento dos atos médicos poderá ter um impacto de cerca de 3,7 M€ nas contas do Sindicato em 2021.

Tendo em conta os factos ocorridos até ao momento, apesar dos próximos meses deverem continuar envoltos em incerteza quanto à situação epidemiológica, ao impacto dos planos de vacinação iniciados no final de 2020 e às medidas implementadas em Portugal, consideramos que o ano de 2020 serviu para consolidar a posição de tesouraria do Sindicato, preparando-o para o aumento de custos que se prevê ocorrer assim que a pandemia permita uma maior mobilidade.

O Sindicato espera continuar a mitigar os impactos deste contexto adverso, fortalecendo o seu modelo de operação ao preparar o regresso a um contexto mais normalizado e mantendo a sua missão de dinamizar o conceito de serviço social - uma empresa de prestação de serviços de qualidade, ao encontro das necessidades dos sócios e suas famílias.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no Art.º 55 dos Estatutos, a Direção propõe a este Conselho Geral a seguinte distribuição:

Reserva legal	458 074,35
Reserva especial de greve	458 074,35
Reserva COVID-19	3 664 594,79
	4 580 743,49



RELATÓRIO E CONTAS 2020

NOTAS ÀS CONTAS



RELATÓRIO E CONTAS 2020

BALANÇO

RUBRICAS	NOTAS	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5 330 196,89	5 707 841,94
Propriedades de investimento	6	23 648 722,00	26 997 329,00
Ativos intangíveis	7	834 001,84	847 163,75
Investimentos financeiros (método de equivalência patrimonial)	8	541 735,88	493 819,35
Outros investimentos financeiros	9	445 009,50	473 746,30
Outros créditos a receber	12	675 000,00	675 000,00
		31 474 666,11	35 194 900,34
Ativo corrente			
Clientes		1 495 235,89	1 539 968,74
Sócios - SAMS		1 378 397,00	1 439 696,24
Sócios - FCS	10	32 716,48	47 823,09
Sócios - Sindicato		36 619,01	36 778,98
Outros		47 503,40	15 670,43
Adiantamentos a fornecedores		35 179,38	53 048,86
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12	3 209 913,77	3 218 788,17
Outros créditos a receber	13	3 789 485,73	6 236 151,97
Diferimentos	14	190 771,20	201 751,35
Ativos financeiros detidos para negociação	15	5 464,53	107 324,18
Caixa e depósitos bancários	16	8 095 513,95	3 712 512,02
		16 821 564,45	15 069 545,29
		48 296 230,56	50 264 445,63
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas		26 318 539,64	26 318 539,64
Resultados transitados	17	1 062 538,09	2 791 423,80
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		-338 002,04	-338 002,04
Resultado líquido do período		4 580 743,49	-1 728 885,71
		31 623 819,18	27 043 075,69
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos			
Passivo corrente			
Fornecedores	18	3 849 856,97	7 965 120,12
Adiantamentos de clientes		2 592,53	2 585,74
Estado e outros entes públicos	11	185 819,86	210 743,14
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12	130 409,38	92 601,11
Diferimentos	14	6 766 464,01	6 556 803,39
Outras dívidas a pagar	19	5 737 268,63	8 393 516,44
		16 672 411,38	23 221 369,94
		16 672 411,38	23 221 369,94
		48 296 230,56	50 264 445,63

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RUBRICAS	NOTAS	2020	2019
Contribuições e Quotizações	20	54 552 526,50	52 857 228,25
Contribuições		45 546 640,56	44 191 367,07
SAMS - Entidade Patronal		36 072 361,92	35 032 554,54
SAMS - Sócio		9 474 278,64	9 158 812,53
Quotizações		5 984 435,93	5 776 586,22
Fundo Complementar de Saúde		2 918 450,01	2 795 724,96
Beneficiários +25a		103 000,00	93 550,00
Atividade Sindical	21	-39 616 376,11	-48 006 198,19
Assistência na doença (SAMS)		-36 266 530,97	-44 094 968,40
Comparticipação - Faturação		-19 367 143,87	-25 604 087,01
Comparticipação - Direta		-12 040 077,79	-13 629 457,27
Farmácias		-4 587 821,71	-4 579 720,34
Subsídios		-271 487,60	-281 703,78
Fundo Complementar de Saúde		-3 345 045,14	-3 882 783,12
Direto/Complementar		-2 781 763,14	-3 203 351,12
Subsídios		-563 282,00	-679 432,00
Atividade Sindical - outros		-4 800,00	-28 446,67
Fornecimentos e serviços externos	22	-2 562 867,12	-3 394 941,38
Gastos com o pessoal	23	-4 215 452,80	-4 209 990,86
Órgãos sociais		-645 735,65	-645 447,93
Pessoal		-3 569 717,15	-3 564 542,93
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	24	-3 058,28	-30 679,26
Outras imparidades (perdas/reversões)		-30 787,68	-27 855,52
Aumentos/reduções de justo valor	25	-3 350 466,65	521 891,65
Rendim./gastos em subsid., associadas e empr. conjuntos	26	47 916,53	491 728,43
Outros rendimentos	27	669 543,11	909 841,23
Outros gastos	28	-214 033,13	-183 543,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 276 944,37	-1 072 518,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29	-606 281,28	-667 339,73
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 670 663,09	-1 739 858,42
Juros e rendimentos similares obtidos	30	0,33	183 654,14
Juros e gastos similares suportados	31		-5 897,84
Resultado antes de impostos		4 670 663,42	-1 562 102,12
Imposto sobre o rendimento do período	11	-89 919,93	-166 783,59
Resultado líquido do período		4 580 743,49	-1 728 885,71

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

RUBRICAS	Reserva legal	Reserva Especial de Greve	Outras Reservas	Outras variações em fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido período	Total
Posição em 01-01-2019	2 622 575,49	8 995 619,64	12 500 000,00	-338 002,04	4 976 376,00	2 200 344,51	30 956 913,60
Alterações no período							
Aplicação do resultado líquido	220 034,45	990 155,03	990 155,03			-2 200 344,51	0,00
Outras alterações				-2 184 952,20			-2 184 952,20
	220 034,45	990 155,03	990 155,03	-2 184 952,20		-2 200 344,51	-2 184 952,20
Resultado líquido do período						-1 728 885,71	-1 728 885,71
Resultado extensivo						-3 929 230,22	-3 913 837,91
Operações com instituidores no fim do período							
Outras operações							
Posição em 31-12-2019	2 842 609,94	9 985 774,67	13 490 155,03	-338 002,04	2 791 423,80	-1 728 885,71	27 043 075,69
Alterações no período							
Aplicação do resultado líquido						1 728 885,71	
Outras alterações					-1 728 885,71		
					-1 728 885,71	1 728 885,71	
Resultado líquido do período						4 580 743,49	4 580 743,49
Resultado extensivo						6 309 629,20	4 580 743,49
Operações com instituidores no fim do período							
Outras operações							
Posição em 31-12-2020	2 842 609,94	9 985 774,67	13 490 155,03	-338 002,04	1 062 538,09	4 580 743,49	31 623 819,18

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes e utentes	6 118 785,63	5 590 655,47
Pagamentos de subsídios	-13 888 190,37	-15 776 745,00
Pagamentos a fornecedores	-37 546 779,71	-40 946 824,61
Pagamentos ao pessoal	-2 420 425,42	-2 408 107,03
Caixa gerada pelas operações	-47 736 609,87	-53 541 021,17
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-80 965,23	-63 589,36
Outros recebimentos/pagamentos	52 330 287,82	50 914 895,78
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	4 512 712,72	-2 689 714,75
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-12 033,40	-225 167,81
Ativos intangíveis	-204 269,75	-360 155,56
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros		
Outros ativos	100 000,00	862 394,36
Juros e rendimentos similares		141 807,42
Dividendos	108,94	259,32
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-116 194,21	419 137,73
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		-1 047 769,80
Juros e gastos similares	-13 516,58	-73 046,33
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-13 516,58	-1 120 816,13
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4 383 001,93	-3 391 393,15
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 712 512,02	7 103 905,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8 095 513,95	3 712 512,02

(As Notas às contas são parte integrante das demonstrações financeiras)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (“Sindicato” ou “SNQTB”), com número de identificação fiscal 501.403.736, tem a sua sede na Rua Pinheiro Chagas, nº 6, 1050-177 LISBOA.

O Sindicato foi constituído por escritura pública, publicada no Diário da República de 9 de junho de 1983, tendo iniciado a sua atividade em 1984. Tem como objeto social a representação dos quadros e técnicos bancários, ligados por contrato de trabalho às instituições de crédito ou similares, que exerçam funções específicas da atividade bancária.

O programa SAMS Quadros foi aprovado em sede de negociação da revisão da contratação coletiva em julho de 1992, tendo sido publicada a referida revisão no Boletim de Trabalho e Emprego em 22 de agosto de 1992. O início de atividade ocorreu em 1 de janeiro de 1993, de acordo com a contratação e por força do Regulamento do SAMS Quadros, entretanto aprovado, sendo que a gestão do SAMS Quadros é exercida, por delegação da Direção do Sindicato, por um Conselho Diretivo. Este programa tem como objeto a proteção e assistência dos seus sócios na doença, na maternidade e noutras situações afins de caráter social.

As quantias estão expressas em Euros, exceto quando expressamente indicado de outra forma.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (“SNC-ESNL”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual é parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Os normativos acima indicados mereceram as consequentes adaptações, em função das necessidades de relato financeiro, específicas, decorrentes das atividades desenvolvidas pelo SNQTB.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC-ESNL, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Sindicato.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período comparativo findo em 31 de dezembro de 2019.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos do SNQTB de acordo com o SNC-ESNL.

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, o Sindicato adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;

- A Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, que aprovou o Código de Contas;
- A Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que aprovou os modelos das demonstrações financeiras a apresentar pelas Entidades do Setor Não Lucrativo (“ESNL”);
- O Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”).

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto na NCRF-ESNL, as políticas contabilísticas adotadas pelo Sindicato foram as que se seguem:

A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade. São depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, sendo a vida económica esperada a seguinte:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

B) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento estão mensuradas ao justo valor, de acordo com as determinações da “NCRF 11 – Propriedades de Investimento”, determinado na base de uma valorização anual efetuada por um avaliador independente, refletindo as condições de mercado à data do balanço.

C) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas. São amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização e para a finalidade pretendida, sendo a vida económica esperada a seguinte:

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	3 anos

D) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As participações financeiras em associadas estão registadas pelo método da equivalência patrimonial, definindo-se como tal as entidades nas quais o Sindicato exerce uma influência significativa e que não são nem subsidiárias nem empreendimentos conjuntos. Para determinação do controlo ou influência significativa são levados em conta os interesses existentes à data tendo em conta potenciais direitos de voto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada dos investimentos:

- Foi aumentada ou diminuída para reconhecer a parte nos resultados das participadas depois da data da aquisição;
- Foi diminuída pelas distribuições de resultados recebidas;
- Foi aumentada ou diminuída para refletir, por contrapartida de capital próprio, alterações no interesse proporcional do Sindicato nas participadas resultantes de alterações nos capitais próprios destas que não tenham sido reconhecidas nos respetivos resultados.

Na mensuração destes investimentos foram ainda respeitadas as seguintes disposições relativas à aplicação deste método:

- As demonstrações financeiras das participadas já estavam preparadas, ou foram ajustadas extra contabilisticamente, de forma a refletir as mesmas políticas contabilísticas do Sindicato antes de poderem ser usadas na determinação dos efeitos da equivalência patrimonial;

- As demonstrações financeiras das participadas usadas na determinação dos efeitos da equivalência patrimonial reportam-se à mesma data das do Sindicato;
- Os resultados provenientes de transações “ascendentes” e “descendentes” entre o Sindicato e as suas associadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras do investidor somente na medida em que correspondam aos interesses de outros investidores nessas associadas;
- Quando o valor do investimento fica reduzido a zero, as perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo sempre que o Sindicato incorre em obrigações legais ou construtivas. Quando posteriormente as associadas registam lucros, o Sindicato retoma o seu reconhecimento apenas após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

O Sindicato utiliza o modelo do justo valor para valorizar as participações financeiras em entidades cujos títulos são negociados publicamente e que não sejam subsidiárias, associadas nem empreendimentos conjuntos. As variações ocorridas no justo valor destas participações são reconhecidas em resultados.

O Sindicato utiliza o modelo do custo (que inclui custos de transação), líquido de perdas por imparidade, para participações financeiras em:

- Associadas nas quais não foi possível utilizar o método da equivalência patrimonial por existirem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Sindicato;
- Outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente instrumentos de capital próprio em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subseqüentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

E) IMPARIDADES DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, INTANGÍVEIS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O Sindicato avalia a imparidade destes ativos no final do ano sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

Sempre que existiu uma evidência objetiva de imparidade, o Sindicato reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados. Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações, tendo em conta o tipo de ativos que o sindicato possui:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Significativa dificuldade financeira do emitente;

- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor.

Os movimentos relativos a estas imparidades são registados na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de “Outras imparidades (perdas/reversões)”.

F) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, o mesmo é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais, prediais e de capitais sujeitos.

O Sindicato não exerce a título principal uma atividade comercial, industrial ou agrícola, pelo que as receitas provenientes da atividade sindical não estão sujeitas a tributação em IRC.

G) ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica inclui outros instrumentos financeiros detidos para negociação e são mensurados ao justo valor. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração do justo valor são reconhecidos nos resultados do período.

Um ativo financeiro está classificado como detido para negociação se for:

- Adquirido ou incorrido principalmente com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito curto;
- Parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros a curto prazo;
- Um derivado (exceto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura designado e eficaz).

H) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS (NÃO MENCIONADOS ANTERIORMENTE)

Os outros ativos financeiros não incluídos nas alíneas anteriores podem classificar-se como segue:

- Empréstimos e créditos a receber;
- Investimentos detidos até à maturidade;
- Ativos financeiros disponíveis para venda.

No Sindicato estão registados apenas ativos classificados como “Empréstimos e contas a receber”.

Incluem-se nesta classificação os seguintes saldos:

- Clientes;
- Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros; e

- Outros créditos a receber.

Estes saldos estão mensurados, aquando do reconhecimento, de acordo com os critérios de mensuração de “Contribuições e quotizações” descritos na alínea L). Subsequentemente são mensuradas ao custo, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

Incluem-se igualmente nesta classificação de ativos financeiros os Adiantamentos a fornecedores os quais são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente ao custo, deduzido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano, o Sindicato avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, o Sindicato reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro pode estar em imparidade tem em conta dados observáveis que chamem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira.

Os movimentos relativos a estas imparidades são registados na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”.

No final do exercício estes saldos representam o respetivo valor realizável líquido.

I) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

J) FUNDOS PATRIMONIAIS

Em “Reservas” temos os seguintes itens:

- Reserva legal
- Reserva especial de greve
- Reserva Fundo Complementar de Saúde
- Reserva para garantia de benefícios
- Reserva Fundação Social Bancária

Em “Resultados transitados” estão acumulados os resultados registados em períodos anteriores.

Em “Ajustamentos em ativos financeiros” estão reconhecidos os ajustamentos de MEP referente às entidades onde o Sindicato detém uma participação financeira.

K) PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a sua substância contratual, independentemente da forma legal que assumam, e podem classificar-se como segue:

- Passivos financeiros valorizados pelo justo valor através de resultados;
- Empréstimos bancários;
- Dívidas a pagar.

No Sindicato estão registados apenas passivos classificados como “Empréstimos bancários” e “Dívidas a pagar”.

Os Empréstimos bancários são valorizados pelo seu custo. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e reconhecidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

Em dívidas a pagar incluem-se os seguintes saldos:

- Fornecedores;
- Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros; e
- Outras dívidas a pagar.

Estes saldos são inicialmente reconhecidos pelo seu valor nominal, que se entende corresponder ao seu justo valor e, subsequentemente, são registados ao custo.

L) CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços e outros réditos são reconhecidos pelo justo valor do montante a receber desde que todas as condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

M) ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do

balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados significativos.

N) JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relacionadas de ativos e passivos, assim como as quantias relacionadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As estimativas mais relevantes a 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão associadas a:

- Determinação do justo valor;
- Determinação de perdas por imparidade de ativos financeiros e não financeiros.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram os seguintes:

	Saldo 01-01-2020	Aquisições / Dotações	Transferências	Abates	Imparidades	Saldo 31-12-2020
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	1 244 429,61					1 244 429,61
Edifícios e outras construções	5 196 310,33					5 196 310,33
Obras e benfeitorias em edifícios	492 156,51					492 156,51
Equipamento básico	1 764 200,82					1 764 200,82
Equipamento administrativo	2 035 101,66	12 033,40		-12 090,61		2 035 044,45
Outros ativos fixos tangíveis	153 823,23					153 823,23
	10 886 022,16	12 033,40		-12 090,61		10 885 964,95

(continua)

(continuação)

	Saldo 01-01-2020	Aquisições / Dotações	Transferências	Abates	Imparidades	Saldo 31-12-2020
Depreciações e perdas por imparidade						
Terrenos e recursos naturais	54 070,19					54 070,19
Edifícios e outras construções	1 715 742,05	101 068,75				1 816 810,80
Obras e benfeitorias em edifícios	64 205,34	58 462,06				122 667,40
Equipamento básico	1 391 222,92	49 629,09				1 440 852,01
Equipamento administrativo	1 724 245,22	84 079,83		-11 675,58		1 796 649,47
Outros ativos fixos tangíveis	228 694,50	96 023,69				324 718,19
	5 178 180,22	389 263,42		-11 675,58		5 555 768,06
Valor Líquido	5 707 841,94					5 330 196,89

	Saldo 01-01-2019	Aquisições / Dotações	Transferências	Abates	Imparidades	Saldo 31-12-2019
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	1 212 217,49	8 608,36	23 603,76			1 244 429,61
Edifícios e outras construções	5 062 066,97	25 825,10	108 418,26			5 196 310,33
Obras e benfeitorias em edifícios	364 832,30	127 324,21				492 156,51
Equipamento básico	1 764 200,82					1 764 200,82
Equipamento administrativo	1 975 139,10	64 010,16		-4 047,60		2 035 101,66
Outros ativos fixos tangíveis	153 823,23					153 823,23
	10 532 279,91	225 767,83	132 022,02	-4 047,60		10 886 022,16
Depreciações e perdas por imparidade						
Terrenos e recursos naturais	54 070,19					54 070,19
Edifícios e outras construções	1 621 887,46	99 902,96			-6 048,37	1 715 742,05
Obras e benfeitorias em edifícios		64 205,34				64 205,34
Equipamento básico	1 306 459,94	84 762,98				1 391 222,92
Equipamento administrativo	1 639 960,16	88 332,66		-4 047,60		1 724 245,22
Outros ativos fixos tangíveis	122 705,45	105 989,05				228 694,50
	4 745 083,20	443 192,99		-4 047,60	-6 048,37	5 178 180,22
Valor Líquido	5 787 196,71					5 707 841,94

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos ocorridos nas propriedades de investimento durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram os seguintes:

	Saldo 01-01-2020	Aquisições / Dotações	Transferências	Justo Valor (Nota 25)	Saldo 31-12-2020
Propriedades de investimento					
Libervita Alcabideche	15 170 000,00			-1 882 400,00	13 287 600,00
Libervita Porto Santo	8 296 000,00			-988 600,00	7 307 400,00
Libervita Porto - Campanhã	2 882 807,00			-477 607,00	2 405 200,00
Loja R. Pedro Nunes, 23-C (letra A)	260 191,00				260 191,00
Loja R. Latino Coelho, 31 (letra B)	388 331,00				388 331,00
	26 997 329,00			-3 348 607,00	23 648 722,00

	Saldo 01-01-2019	Aquisições / Dotações	Transferências	Justo Valor (Nota 25)	Saldo 31-12-2019
Propriedades de investimento					
Libervita Alcabideche	15 170 000,00				15 170 000,00
Libervita Porto Santo	8 296 000,00				8 296 000,00
Libervita Porto - Campanhã	2 405 374,00			477 433,00	2 882 807,00
Loja R. Pedro Nunes, 23-C (letra A)	241 413,26			18 777,74	260 191,00
Loja R. Latino Coelho, 31 (letra B)	362 542,52			25 788,48	388 331,00
Escritório Coimbra, Piso 1-C	132 022,02		-132 022,02		
	26 607 351,80		-132 022,02	521 999,22	26 997 329,00

As propriedades de investimento foram avaliadas em 2020, tendo resultado na sua desvalorização, no valor total de 3.348.607€.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis durante os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram os seguintes:

	Saldo 01-01-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo 31-12-2020
Ativos intangíveis					
Programas de computador	4 132 110,73	204 269,75			4 336 380,48
Propriedade industrial	396 865,46				396 865,46
	4 528 976,19	204 269,75			4 733 245,94
Depreciações e perdas por imparidade					
Programas de computador	3 652 533,89	209 494,35			3 862 028,24
Propriedade industrial	29 278,55	7 937,31			37 215,86
	3 681 812,44	217 431,66			3 899 244,10
Valor Líquido	847 163,75				834 001,84

	Saldo 01-01-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo 31-12-2019
Ativos intangíveis					
Programas de computador	3 771 955,17	360 155,56			4 132 110,73
Propriedade industrial	396 865,46				396 865,46
	4 168 820,63	360 155,56			4 528 976,19
Depreciações e perdas por imparidade					
Programas de computador	3 451 638,10	200 895,79			3 652 533,89
Propriedade industrial	21 341,24	7 937,31			29 278,55
	3 472 979,34	208 833,10			3 681 812,44
Valor Líquido	695 841,29				847 163,75

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o investimento em associadas apresenta os seguintes valores:

	31-12-2020	31-12-2019
Investimentos em associadas		
Ações/Quotas:		
Mediação Independente de Seguros, Lda ^a	18 188,78	10 474,08
Teorias Rotativas - SGPS, Lda ^a	495 813,02	467 374,49
	514 001,80	477 848,57
Prestações suplementares:		
Mediação Independente de Seguros, Lda ^a	27 734,08	15 970,78
Total dos investimentos financeiros em associadas	541 735,88	493 819,35

Os movimentos ocorridos nos investimentos em associadas ao MEP apresentam o seguinte detalhe:

	MIS	Teorias Rotativas	SGF	Total
Saldo a 01.01.2019	20 629,53	381 460,32	415 919,77	818 009,62
Redução de participação			-275 001,07	-275 001,07
Aumento de participação				
Outras variações			-140 918,70	-140 918,70

(continua)

(continuação)

	MIS	Teorias Rotativas	SGF	Total
Prestações suplementares				
Resultado líquido do período	5 815,33	85 914,17		91 729,50
Saldo a 31.12.2019	26 444,86	467 374,49		493 819,35
Redução de participação				
Aumento de participação				
Outras variações				
Prestações suplementares				
Resultado líquido do período	19 478,00	28 438,53		47 916,53
Saldo a 31.12.2020	45 922,86	495 813,02		541 735,88

Os movimentos acima resultam da aplicação da percentagem de participação do Sindicato aos capitais próprios e resultados do exercício das associadas.

A posição do Ativo, Passivo e Capital Próprio das associadas, a 31 de dezembro de 2020, é o seguinte:

	MIS	Teorias Rotativas
Ativo		
Ativo não corrente	10 500,00	295 712,58
Ativo corrente	41 897,55	256 057,15
Total do Ativo	52 397,55	551 769,73
Capital Próprio		
Capital	100 000,00	300 000,00
Reservas	314,73	172 095,44
Outros instrumentos de capital próprio	31 181,08	
Resultados transitados	-104 783,83	
	26 711,98	472 095,44
Resultado líquido do período	19 674,75	28 725,79
Total do Capital Próprio	46 386,73	500 821,23
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente	6 010,82	50 948,50
Total do Passivo	6 010,82	50 948,50

9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Sindicato detinha os seguintes investimentos financeiros:

	31-12-2020	31-12-2019
Investimentos noutras empresas		
Dossier Novo Banco		
Ações:		
B. Internacional Funchal	43 863,41	43 863,41
Banco Espírito Santo	611 503,85	611 503,85
	655 367,26	655 367,26
Dossier BPG		
Ações:		
B. Português de Gestão	436 520,00	436 520,00
Dossier BANIF		
Ações:		
B. Internacional Funchal	12 274,96	12 274,96
Obrigações:		
Banif 2009-2019	600 000,00	600 000,00
	612 274,96	612 274,96
Outros		
Ações:		
SGF - S. Gest. Fundos Pensões	140 918,70	140 918,70
Fundos:		
InovCapital Universitas (F.Capital Risco)	265 312,98	265 312,98
	406 231,68	406 231,68
Total dos investimentos noutras empresas	2 110 393,90	2 110 393,90
Fundo de Compensação do Trabalho	7 257,10	5 206,22
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 24)		
Participações de capital		
Banco Espírito Santo	-611 503,85	-611 503,85

(continua)

(continuação)

	31-12-2020	31-12-2019
B. Internacional Funchal	-56 138,37	-56 138,37
B. Português de Gestão	-404 999,28	-374 211,60
Obrigações		
Banif 2009-2019	-600 000,00	-600 000,00
	-1 672 641,50	-1 641 853,82
Total dos investimentos financeiros	445 009,50	473 746,30

A diminuição do valor dos investimentos financeiros resulta, essencialmente, da desvalorização da participação no Banco Português de Gestão.

10. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica encontra-se apresenta os seguintes valores:

	31-12-2020	31-12-2019
Sócios - Empréstimos SAMS	1 706 007,98	1 757 097,43
Sócios - Empréstimos FCS	45 275,53	59 858,90
Sócios - Empréstimos Turismo	4 947,56	4 947,56
Sócios - Empréstimos Sindicato	50 804,74	53 814,97
	1 807 035,81	1 875 718,86
Diversos	46 901,00	10 085,45
Sócios - Contencioso	15 829,57	16 177,01
Sócios - Acerto ATZ'z	13 515,76	14 336,48
Sócios - Cartão SAMS/Utente	1 000,00	7 915,00
Clientes - débito direto		1 723,91
	77 246,33	50 237,85
	1 884 282,14	1 925 956,71
Perdas por imparidades acumuladas (Nota 24)		
Sócios - Empréstimos SAMS	-327 610,98	-317 401,19

(continua)

(continuação)

	31-12-2020	31-12-2019
Sócios - Empréstimos FCS	-12 559,05	-12 035,81
Sócios - Empréstimos TURISMO	-4 947,56	-4 947,56
Sócios - Empréstimos SINDICATO	-14 185,73	-17 035,99
Utentes - Outros	-29 742,93	-34 567,42
	-389 046,25	-385 987,97
	1 495 235,89	1 539 968,74

A redução verificada nesta rubrica resulta, essencialmente, da menor utilização dos serviços de saúde devido à pandemia de COVID-19.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica discrimina-se da seguinte forma:

	31-12-2020	31-12-2019
Imposto s/ o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	31 365,93	54 131,32
Imposto s/ o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	59 054,53	57 907,23
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	11 014,62	20 334,49
Segurança Social	84 106,00	78 183,48
Outras tributações	278,78	186,62
	185 819,86	210 743,14

O valor de IRC a pagar refere-se à tributação relativa à atividade não sindical e que, por isso, não está isenta de tributação em IRC.

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

	31-12-2020	31-12-2019
Resultado antes de impostos	4 670 663,42	-1 562 102,12
Matéria coletável	428 289,12	922 223,62
Correções à matéria coletável		-127 780,51
	428 289,12	794 443,12
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Imposto sobre o rendimento	89 940,72	166 833,05
Dedução - Dupla tributação internacional	-20,79	-49,46
	89 919,93	166 783,59
Taxa efetiva de imposto	21,00%	20,99%

A correção ocorrida na matéria coletável, em 2019, resultou no apuramento de insuficiência de estimativa de IRC no valor de 26.833,91, registada em 2020 (Nota 28).

12. FUNDADORES / BENEMÉRITOS / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica apresenta os seguintes saldos:

	31-12-2020	31-12-2019
ATIVO		
Contribuições / quotizações / fundo de pensões		
Contribuições	2 674 023,64	2 684 922,46
Quotizações	352 099,89	351 615,19
F.C.S.	172 912,94	167 900,96
Fundo de Pensões	641,20	388,42
Beneficiários c/ + 25 anos	10 100,00	13 550,24
	3 209 777,67	3 218 377,27
Sócios - participações / subsídios		
SAMS - Ensino especial	0,60	275,40
Utilizadores GALP-Frota		
Valores a receber	14 135,82	14 135,82

(continua)

(continuação)

	31-12-2020	31-12-2019
Sócios - diversos		
Outros movimentos - a receber	135,50	135,50
Perdas por imparidade acumuladas	-14 135,82	-14 135,82
	3 209 913,77	3 218 788,17

Nestas rubricas encontram-se registados essencialmente os valores a receber dos associados referentes às contribuições/quotizações.

	31-12-2020	31-12-2019
PASSIVO		
Sócios - participações / subsídios		
Comparticipações SAMS/FCS	91 213,82	69 234,94
SAMS - 3ª Idade	29 035,62	14 897,88
FCS - Subsídio Infantil	8 956,35	6 324,23
SAMS - Subsídio de Invalidez	853,59	214,06
FCS - Subsídio Cheque Parto	350,00	1 930,00
	130 409,38	92 601,11

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Esta rubrica tem, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a seguinte decomposição:

	31-12-2020		31-12-2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Pessoal				
Adiantamentos ao pessoal	17 256,31		29 294,78	
Devedores por acréscimos de rendimentos				
Rappel BP	2 584,31		3 906,55	

(continua)

(continuação)

	31-12-2020		31-12-2019	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Encontros de contas				
Faturação de Saúde	3 705 756,04		6 150 754,69	
Intermediários				
Turismo	2 642,09		2 642,09	
Sócios - utilização GALP-Frota	16 368,41		16 368,41	
	19 010,50		19 010,50	
Diversos				
Golden Actives - SGPS, S.A.		675 000,00		675 000,00
Outros	164 659,90		152 966,78	
	164 659,90	675 000,00	152 966,78	675 000,00
	3 909 267,06	675 000,00	6 355 933,30	675 000,00
Perdas por imparidades acumuladas (Nota 24)				
Devedores diversos	-119 781,33		-119 781,33	
	3 789 485,73	675 000,00	6 236 151,97	675 000,00

O valor registado em “Faturação de Saúde” diz respeito a faturas que deram entrada no Sindicato até 31 de dezembro, estando em conferência para apuramento do gasto efetivo do Sindicato e correspondente valor de responsabilidade do sócio.

A 31 de dezembro, o gasto a cargo do Sindicato foi estimado, com base na percentagem de comparticipação média do ano (Nota 19).

No ativo não corrente encontram-se registados 675.000€, a receber da “Golden Actives – SGPS, S.A.”. Este valor resulta da venda de 135.000 ações da “SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.S.” e, conforme contrato assinado em 17 de janeiro de 2019, será pago em doze prestações trimestrais e iguais, sem juros, vencendo a primeira prestação em 10 de janeiro de 2021.

A fim de garantir o integral e bom cumprimento, por parte da “Golden Actives – SGPS, S.A.”, do pagamento do preço decorrente do contrato de compra e venda de ações, foi constituída uma garantia bancária “on first demand”, a favor do Sindicato, no montante acordado para a venda.

14. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica engloba os seguintes saldos:

	31-12-2020	31-12-2019
Gastos a reconhecer		
Aluguer de instalações	5 000,30	5 247,62
Seguros	68 541,97	68 390,87
Contratos de assistência	109 773,58	119 434,94
Aluguer de equipamento	5 723,03	5 889,02
Outros	1 732,32	2 788,90
	190 771,20	201 751,35
Rendimentos a reconhecer		
Contribuições	6 763 429,51	6 503 193,89
Exploração do Hotel		50 575,00
Arrendamento de Instalações	3 034,50	3 034,50
	6 766 464,01	6 556 803,39

O valor registado em “Rendimentos a reconhecer – Contribuições” refere-se aos valores recebidos de diversos Bancos, relativos aos Protocolos assinados na sequência de processos de rescisão por mútuo acordo, com a possibilidade de os sócios do Sindicato terem SAMS vitalício, tendo os bancos efetuado o pagamento à cabeça do valor correspondente à sua comparticipação.

Este valor respeita essencialmente às comparticipações do Novo Banco e Oitante, sendo o proveito diferido por 31 anos, com base no cálculo efetuado pela entidade empregadora, correspondente ao somatório das contribuições futuras que o empregador teria de entregar desde a data de cessação do contrato de trabalho até à data do 85º aniversário de nascimento de cada trabalhador elegível.

Igualmente, inclui os valores recebidos relativos às contribuições recebidas de ex-sócios que manifestaram a intenção de permanecerem beneficiários do SAMS Quadros.

15. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estão incluídos nesta rubrica os seguintes saldos:

	31-12-2020	31-12-2019
Negociados na Carnegie		
Ações:		
Growth Value	190 000,00	190 000,00

(continua)

(continuação)

	31-12-2020	31-12-2019
Negociados no Novo Banco 0055-4810-0271		
Papel Comercial:		
Papel Comercial Rio Forte 34ª Em.	500 000,00	600 000,00
Fundos:		
FRC - INQ - Papel Comercial ESI Rio Forte	500,00	500,00
	500 500,00	600 500,00
Negociados no Millennium BCP		
Ações:		
Millennium BCP	12,32	20,28
Banco Santander	265,51	373,80
BBVA	2 030,50	2 502,50
Bankinter	2 656,20	3 927,60
	4 964,53	6 824,18
	695 464,53	797 324,18
Perdas por imparidade acumuladas		
Ativos financeiros	-690 000,00	-690 000,00
	5 464,53	107 324,18

Em 2018, foi constituído o Fundo de Recuperação de Créditos “FRC – INQ - Papel Comercial ESI e Rio Forte” com o objetivo de adquirir os créditos detidos pelos participantes em virtude da aquisição do Papel Comercial emitido pela Espírito Santo International, S.A. e pela Rio Forte Investments, S.A., com vista a potenciar a sua recuperação.

Com a adesão a este Fundo, o Sindicato assegurou a recuperação de 50% do capital investido no Papel Comercial Rio Forte 34ª Emissão, pelo que, em 2018, se procedeu à reversão de metade da imparidade existente, no montante de 500.000€.

De acordo com o contrato de adesão ao fundo, em junho de 2018, o sindicato recebeu uma primeira tranche de 300.000€, tendo recebido a segunda tranche, no valor de 100.000€, em junho de 2019.

Em junho de 2020, recebeu a terceira e última tranche, igualmente no valor de 100.000€.

16. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a rubrica de “Caixa e depósitos bancários” encontrava-se com os seguintes saldos:

	31-12-2020	31-12-2019
Caixa	2 322,79	2 506,64
Depósitos à Ordem	8 079 376,77	3 700 100,09
Conta Cartão	13 814,39	9 905,29
	8 095 513,95	3 712 512,02

O crescimento desta rubrica é resultado do aumento verificado nos recebimentos de contribuições/quotizações, bem como, devido ao impacto da pandemia de COVID-19, da redução dos custos com a saúde e com o funcionamento geral do Sindicato, apesar de terem sido antecipados os pagamentos a fornecedores, diminuindo de forma significativa a dívida a fornecedores (Nota 18).

17. FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as variações ocorridas estão relacionadas com os seguintes eventos:

	Saldo 01-01-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-12-2020
Reserva legal	2 842 609,94			2 842 609,94
Reserva especial de greve	9 985 774,67			9 985 774,67
Reserva Fundo Complementar de Saúde	1 910 017,23			1 910 017,23
Reserva para garantia de benefícios	10 880 137,80			10 880 137,80
Fundação Social Bancária	700 000,00			700 000,00
	26 318 539,64			26 318 539,64

(continua)

(continuação)

	Saldo 01-01-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-12-2020
Resultados transitados	2 791 423,80		-1 728 885,71	1 062 538,09
Ajustamentos em ativos financeiros	-338 002,04			-338 002,04
Resultado líquido do exercício	-1 728 885,71	6 309 629,20		4 580 743,49
	27 043 075,69	6 309 629,20	-1 728 885,71	31 623 819,18

	Saldo 01-01-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-12-2019
Reserva legal	2 622 575,49	220 034,45		2 842 609,94
Reserva especial de greve	8 995 619,64	990 155,03		9 985 774,67
Reserva Fundo Complementar de Saúde	1 800 000,00	110 017,23		1 910 017,23
Reserva para garantia de benefícios	10 000 000,00	880 137,80		10 880 137,80
Fundação Social Bancária	700 000,00			700 000,00
	24 118 195,13	2 200 344,51		26 318 539,64
Resultados transitados	4 976 376,00		-2 184 952,20	2 791 423,80
Ajustamentos em ativos financeiros	-338 002,04			-338 002,04
Resultado líquido do exercício	15 392,31		-1 744 278,02	-1 728 885,71
	28 771 961,40	2 200 344,51	-3 929 230,22	27 043 075,69

18. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica apresenta os seguintes valores:

	31-12-2020	31-12-2019
Fornecedores de saúde	3 680 448,03	7 811 955,62
Fornecedores gerais	168 615,54	152 840,90
Outros	793,40	323,60
	3 849 856,97	7 965 120,12

O valor de “Fornecedores de Saúde” diz respeito a faturas que deram entrada no Sindicato até 31 de dezembro. O prazo médio de pagamento a estes fornecedores é de 90 dias.

Conforme referido na Nota 16, em 2020 foram antecipados pagamentos a estes fornecedores, contribuindo, desta forma, para a redução significativa do valor desta rubrica.

19. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica discrimina-se como segue:

	31-12-2020	31-12-2019
Fornecedores de investimentos	379 603,58	384 311,31
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	428 738,24	440 072,76
Faturação Saúde	4 671 536,98	7 495 947,07
Outros acréscimos de gastos	6 918,17	3 768,07
	5 107 193,39	7 939 787,90
Intermediários		
Fundo de Pensões / Quadros Bancários	4 035,84	410,42
Outros	1 871,75	371,75
	5 907,59	782,17
Diversos		
Sindicatos	6,76	
Outros	244 557,31	68 635,06
	244 564,07	68 635,06
	5 737 268,63	8 393 516,44

A rubrica “Credores por acréscimos de gastos – Faturação Saúde” decompõe-se da seguinte maneira:

	Valor
Previsão de gastos c/ faturas entradas até 31.12	3 150 730,93
Previsão de gastos c/ faturas de 2020 entradas em 2021	1 520 806,05
Total	4 671 536,98

A 31 de dezembro, o gasto a cargo do Sindicato com faturas de 2020 entradas em 2021 foi estimado com base na percentagem de participação média do ano.

20. CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os rendimentos relativos a contribuições e quotizações detalham-se como segue:

	31-12-2020	31-12-2019
Contribuições:		
SAMS - Entidade Patronal	36 072 361,92	35 032 554,54
SAMS - Sócio	9 474 278,64	9 158 812,53
Quotizações	5 984 435,93	5 776 586,22
Fundo Complementar de Saúde	2 918 450,01	2 795 724,96
Contribuições Beneficiários (+25 anos)	103 000,00	93 550,00
	54 552 526,50	52 857 228,25

Nas rubricas Contribuições (SAMS Entidade Patronal e SAMS Sócio), Quotizações e Fundo Complementar de Saúde observa-se um aumento de 3,2%, resultado do esforço empreendido de fidelização e de captação de novos sócios durante o ano.

A evolução do número de sócios, distribuída pelas Delegações do Sindicato, foi a seguinte:

	31-12-2020	31-12-2019	Variação 2020/2019
Lisboa	7 669	7 496	173
Porto	4 416	4 449	-33
Setúbal	1 706	1 623	83
Braga	1 493	1 492	1
Faro	1 151	1 132	19
Ribatejo/Oeste	1 102	1 037	65
Aveiro	956	958	-2
Leiria	799	796	3
Viseu	533	533	
Coimbra	529	532	-3
Covilhã	420	410	10
Funchal	271	269	2
Ponta Delgada	221	215	6
	21 266	20 942	324

A rubrica “Contribuições Beneficiários +25 anos” engloba o desconto, por parte dos sócios, de 50 euros mensais, por cada dependente com idade superior a 25 anos (até perfazer 30 anos e que se encontre nas condições definidas no Regulamento do SAMS Quadros), de modo a que estes continuem como beneficiários do SAMS Quadros.

21. ATIVIDADE SINDICAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os gastos relativos à atividade sindical detalham-se como segue:

	31-12-2020	31-12-2019
Assistência na doença (SAMS)		
Comparticipação - Faturação	19 367 143,87	25 604 087,01
Comparticipação - Direta	12 040 077,79	13 629 457,27
Farmácias	4 587 821,71	4 579 720,34
3ª Idade	148 818,62	151 097,33
Outros	122 668,98	130 606,45
	36 266 530,97	44 094 968,40
Fundo Complementar de Saúde		
Comparticipações	2 781 763,14	3 203 351,12
Subsídios	563 282,00	679 432,00
	3 345 045,14	3 882 783,12
Gastos com a atividade sindical		
Conselho Geral	4 800,00	10 400,00
Eleições		18 046,67
	4 800,00	28 446,67
	39 616 376,11	48 006 198,19

A pandemia de COVID-19 teve um grande impacto no acesso aos serviços de saúde, com o adiamento e cancelamento de muitos atos médicos, pelo que esta rubrica teve uma redução significativa, na ordem dos 17%.

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição desta rubrica nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	31-12-2020	31-12-2019
Trabalhos especializados	715 892,64	751 177,87
Honorários	673 041,87	710 315,04
Rendas e alugueres	258 380,78	275 761,33
Comunicação	200 775,87	390 591,73
Publicidade e propaganda	134 556,57	132 978,53
Limpeza, higiene e conforto	102 554,10	94 030,98
Deslocações e estadas	83 587,25	313 022,24
Serviços bancários	60 832,52	80 860,71
Eletricidade	51 873,35	58 180,57
Atividades desportivas e culturais	33 957,28	109 391,96
Seguros	32 148,08	31 227,30
Transportes de pessoal	30 306,35	49 703,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	30 012,27	37 704,44
Informação aos sócios	25 937,97	104 281,88
Vigilância e segurança	22 978,33	36 453,52
Despesas de condomínio	22 090,09	18 336,48
Outros	17 503,12	23 746,09
Material de escritório	13 003,50	12 299,67
Conservação e reparação	10 993,91	64 202,41
Serviços de transportes	10 531,30	15 935,19
Artigos para oferta	8 600,96	6 680,87
Contencioso e notariado	8 429,11	4 443,94
Água	8 384,43	8 887,25
Despesas de representação	4 658,94	57 290,30
Jornais e revistas	1 507,69	2 572,05
Combustíveis	328,84	4 866,03
	2 562 867,12	3 394 941,38

O impacto da COVID-19 e medidas de maior racionalização de custos tomadas contribuíram para a redução significativa dos valores desta rubrica.

23. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição desta rubrica nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	31-12-2020	31-12-2019
Remunerações dos órgãos sociais		
Vencimentos	530 100,00	530 100,00
Encargos sobre remunerações	115 635,65	115 347,93
	645 735,65	645 447,93
Remunerações do pessoal		
Vencimentos	2 669 383,96	2 797 610,51
Encargos sobre remunerações	550 185,25	580 435,61
Outros encargos	22 596,88	24 296,91
Outros gastos com o pessoal	327 551,06	162 199,90
	3 569 717,15	3 564 542,93
	4 215 452,80	4 209 990,86

Em 2020 e 2019, a posição dos colaboradores do Sindicato foi a seguinte:

	2020	2019
Contrato Sem Termo	95	104
Contrato Termo Certo	18	11
	113	115
Orgãos Sociais	25	25
	138	140

As atualizações salariais ocorridas em 2020 e 2019 foram as seguintes:

	2020	2019
% aumento	0,30%	0,75%

24. IMPARIDADES

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2020	31-12-2019
Imparidades em dívidas a receber:		
Reforço das perdas por imparidade (Notas 10 e 13)	-10 733,03	-33 200,44
Reversão de perdas por imparidade (Notas 10 e 13)	7 674,75	2 521,18
	-3 058,28	-30 679,26
Outras imparidades:		
Reforço das perdas por imparidade		
Em investimentos financeiros (Nota 9)	-30 787,68	-27 855,52
	-30 787,68	-27 855,52

25. AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2020	31-12-2019
Perdas por reduções de justo valor		
Em instrumentos financeiros	-1 859,65	-293,32
Em propriedades de investimento (Nota 6)	-3 348 607,00	
	-3 350 466,65	-293,32
Ganhos por aumentos de justo valor		
Em instrumentos financeiros (Nota 15)		185,75
Em propriedades de investimento (Nota 6)		521 999,22
		522 184,97
	-3 350 466,65	521 891,65

Conforme referido na Nota 6, as propriedades de investimento sofreram uma desvalorização no valor total de 3.348.607€.

26. RENDIMENTOS/GASTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A repartição desta rubrica nos períodos de 2020 e 2019, foi a seguinte:

	31-12-2020	31-12-2019
Rendimentos em subsid., associadas e empr. conjuntos		
Aplic. método equivalência patrimonial	47 916,53	91 729,50
Alienações		399 998,93
	47 916,53	491 728,43
	47 916,53	491 728,43

27. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2020	31-12-2019
Arrendamento Libervita Alcabideche	225 216,00	225 216,00
Exploração do Hotel Libervita Porto Santo	164 477,72	302 012,50
Apartamentos turísticos	115 024,93	87 327,12
Emissão Cartão Família / Cartão SAMS	76 563,47	75 332,10
Correções relativas a períodos anteriores	41 217,66	102 134,20
Cedência de pessoal	33 091,98	33 061,81
Arrendamento de instalações	9 000,00	39 414,00
Cartão BP - Rappel	2 584,31	12 454,84
Outros	1 643,14	7 967,67
Atividades desportivas e culturais	585,30	20 790,50
Dividendos obtidos	138,60	329,89
Ganhos em outros instr. financeiros - Alienações		3 000,60
Ganhos em investimentos não financeiros		800,00
	669 543,11	909 841,23

O valor recebido pela cedência de exploração do Hotel Libervita Porto Santo sofreu uma diminuição significativa, resultante do impacto da pandemia de Covid-19 no sector do turismo, nomeadamente na RAM.

Com efeito, em abril, o Sindicato foi contactado pelo Grupo Pestana, informando que, face ao impacto da pandemia da doença Covid-19, o Hotel Pestana Ilha Dourada iria permanecer encerrado durante todo o ano de 2020. Desta situação resultou a concordância para a celebração de um contrato com o IASAUDE, IP – RAM, para alojamento de contagiados com o Covid-19, acordando o pagamento ao Sindicato de 30% do valor faturado, como adiantamento da quantia de renda de 2020, não liquidada.

O aumento da oferta, por parte do Sindicato, nos apartamentos turísticos resultou também no aumento das receitas daí resultantes.

28. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2020	31-12-2019
Correções relativas a períodos anteriores	80 975,07	67 880,59
Quotizações	64 864,00	68 394,00
Impostos	34 791,38	29 971,15
Insuficiência da estimativa para impostos	26 833,91	
Donativos	4 865,46	50,00
Outros	1 561,56	7 744,13
Juros suportados (outros)	141,75	258,02
Perdas em instr. financeiros - Alienações		9 245,15
	214 033,13	183 543,04

29. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2020	31-12-2019
Depreciações de ativos fixos tangíveis (Nota 5)	388 849,62	458 506,63
Amortizações de ativos intangíveis (Nota 7)	217 431,66	208 833,10
	606 281,28	667 339,73

30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2020	31-12-2019
Juros de investimentos financeiros	0,33	
Compensação p/ perdas de rendimentos capitais		170 283,78
Juros de outras aplicações		11 167,50
Juros de depósitos		2 202,86
	0,33	183 654,14

Em 2019, a rubrica “Compensação p/ perdas de rendimentos capitais” contemplava a compensação recebida do Novo Banco, resultante da adesão ao Programa de Compensação, segundo o qual o Novo Banco permitiu a mobilização antecipada total dos Depósitos a Prazo, situação que não se verificou em 2020, pelo que, este ano, esta rubrica diminuiu significativamente

31. JUROS E GASTOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica desdobra-se da seguinte forma:

	31-12-2020	31-12-2019
Juros de financiamentos obtidos		5 897,84
		5 897,84

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de reporte, não existem quaisquer outros eventos subsequentes que possam afetar as demonstrações financeiras do Sindicato em referência a 31 de dezembro de 2020.

33. GARANTIAS E PROCESSOS JUDICIAIS

Garantias prestadas

A 31 de dezembro de 2020, o Sindicato possui uma garantia junto do Novo Banco, no valor global de 3.750€.

Processos Judiciais

O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, com referência à data de 31 de dezembro de 2020, não tem litígios judiciais pendentes.



O Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários,

A Direção

Luís Cardoso Botelho

Paulo Alexandre Gonçalves Marcos

O Contabilista Certificado

Isabel Maria Barata Oliveira